

DIST. SANIT. ESP. INDIGENA JAVARI

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	257026-DIST. SANIT. ESP. INDIGENA JAVARI	ELIAS FERREIRA DO CARMO	18/05/2026 11:19 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25041.000227/2025-66

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Processo licitatório para adquirir Barcos e Motores, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Embarcação tipo lancha - Toda fabricada em alumínio naval, soldada pelo processo MG. Descrição 8,0m de comprimento x 1,90m de largura x 0,75m de pontal (0,62m de costado) +/- 5%. Chapa de fundo 3mm; Chapa decostado 3mm; capota de alumínio 2mm, para-brisas e janelas de correr em vidro ou policarbonato, porta de emergência de popa, porta de correr de proa; estrado anti-derrapante; espelho de popa 20"; popa lavada; flaps e proteção do motor, tanque 220 litros comboia e marcador; 01 banco piloto acolchoado com encosto; bancos para 12 passageiros, acolchoados e com encosto; guarda mancebode proa; teto com forro e isolamento térmico; Acessórios: bandeira do Brasil; memorial descritivo do engenheiro; motor 200HP 4tempos; Sistema de partida Elétrico Sistema de indução de	486705	Unidade	3	1	R\$ 267.500,00	R\$ 802.500,00

<p>combustível MPFI; Sensor de temperatura; Rotação do Hélice e do Motor Rotante e Contra Rotante; Proteção para rotação excessiva; Proteção para partida engatada; Potência 147.1kW / 200HP; Sistema de inclinação PTT; Tacômetro Digital multifunção; Lubrificação Câter úmido; Indicador de Power Trim No tacômetro digital; Faixa máxima de rotação 5000/6000 RPM; Capacidade volumétrica 3352 cm³; Ângulo de direção 32°; Altura da rabeta X:25"; Ajuste de posição de navegação (TRIM); Ajuste de navegação em águas rasas; Alternador 46A, Retificador com Regulador de Voltagem Comando de válvulas DOHC-Variável; Hélice Aço Inoxidável Polido Ignição TCI; Navegação em águas rasas, Taxa de compressão 9.9:1; Velocímetro Digital multifunção, com 02 relógios digitais de monitoramento, filtro separador de água/gasolina, hélice de aço, manete e seus cabos; kit de direção completo com volante, abastecimento de gasolina interno; rádio VHF, antena e seu suporte; buzina e seu interruptor; 04defensas de proteção; 02 boia circular com cabo retinido e seus suportes; 12 coletes salva-vidas tamanho G e 01 tamanhoP,homologados pela Capitania dos Portos; 24 Defesa Polyform Em Pvc G2 11,7x 40,7cm; 20m de cabo de atracação; 01 extintor de 01kg e seu suporte; pintura na cor branca,adesivos com logos do órgão e nome do barco; luzes de BB/BE; luz de mastro; holofote com controle remoto; painel de fusíveis com interruptores; bomba de porão de 1200GPH com automático; 01 bateria de 90amp, seus terminais e suporte; 04 luminárias tipo LED instaladas no teto; 01 armário para medicamentos; 01 sinalizador óptico/acústico, formato arco ou similar; 01 sinalizador acústico de100W, mínimo de 04 tons; P i n t u r a e adesivagempadronizado pelo DSEI VAJ. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Motor 4 tempos. Marca Yamaha ou equivalente.</p>						
Embarcação tipo lancha - Toda fabricada em alumínio naval,						

2	<p>soldada pelo processo MG. Descrição 8,0m de comprimento x 1,90m de largura x 0,75m de pontal (0,62m de costado) +/- 5%. Chapa de fundo 3mm; Chapa decostado 3mm; capota de alumínio 2mm, para-brisas e janelas de correr em vidro ou policarbonato, porta de emergência de popa, porta de correr de proa; estrado anti-derrapante; espelho de popa 20"; popa lavada; flaps e proteção do motor, tanque 220 litros comboia e marcador; 01 banco piloto acolchoado com encosto; bancos para 12 passageiros, acolchoados e com encosto; guarda mancebode proa; teto com forro e isolamento térmico; Acessórios: bandeira do Brasil; memorial descritivo do engenheiro; motor 200HP 4tempos; Sistema de partida Elétrico</p> <p>Sistema de indução de combustível MPFI; Sensor de temperatura; Rotação do Hélice e do Motor Rotante e Contra Rotante; Proteção para rotação excessiva; Proteção para partida engatada; Potência 147.1kW / 200HP; Sistema de inclinação PTT; Tacômetro Digital multifunção; Lubrificação Cáster úmido; Indicador de Power Trim No tacômetro digital; Faixa máxima de rotação 5000/6000 RPM; Capacidade volumétrica 3352 cm³; Ângulo de direção 32°; Altura da rabeta X:25"; Ajuste de posição de navegação (TRIM); Ajuste de navegação em águas rasas; Alternador 46A, Retificador com Regulador de Voltagem Comando de válvulas DOHC-Variável; Hélice Aço Inoxidável Polido Ignição TCI; Navegação em águas rasas, Taxa de compressão 9.9:1; Velocímetro Digital multifunção, com 02 relógios digitais de monitoramento, filtro separador de água/gasolina, hélice de aço, manete e seus cabos; kit de direção completo com volante, abastecimento de gasolina interno; rádio VHF, antena e seu suporte; buzina e seu interruptor; 04defensas de proteção; 02 boia circular com cabo retinido e seus suportes; 12 coletes salva-vidas tamanho G e 01 tamanhoP,homologados</p>	486705	Unidade	1	1	R\$ 267.500,00	R\$ 267.500,00
---	--	--------	---------	---	---	----------------	----------------

	<p>pela Capitania dos Portos; 24 Defesa Polyform Em Pvc G2 11,7x 40,7cm; 20m de cabo de atracação; 01 extintor de 01kg e seu suporte; pintura na cor branca, adesivos com logos do órgão e nome do barco; luzes de BB/BE; luz de mastro; holofote com controle remoto; painel de fusíveis com interruptores; bomba de porão de 1200GPH com automático; 01 bateria de 90amp, seus terminais e suporte; 04 luminárias tipo LED instaladas no teto; 01 armário para medicamentos; 01 sinalizador óptico/acústico, formato arco ou similar; 01 sinalizador acústico de 100W, mínimo de 04 tons; Pintura e adesivagem padronizado pelo DSEI VAJ. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Motor 4 tempos.</p> <p>Marca Yamaha ou equivalente . Item Exclusivo para ME e EPP em ate 25%.</p>						
3	<p>Descrição da canoa de alumínio: canoa de 07 m de comprimento por 1,40m de largura com capota removível de napa na cor verde, capacidade para 07 passageiros + 1 piloto, chapa fundo 3mm, laterais 2.50mm altura da popa 15 polegadas, estrado de alumínio emborrachado de 1,5mm.</p> <p>INFORMAÇÕES ADICIONAIS: As canoas deverão ser entregues pintadas, na cor branca com detalhes verdes, e identificadas com adesivos ou pintura nas laterais frontais da embarcação, contendo: "SESAI/MS", "GOVERNO FEDERAL", "PODER EXECUTIVO" USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO, conforme modelo a ser apresentado no Termo de Referência.</p>	225888	Unidade	15	7	R\$ 10.870,20	R\$ 163.053,00
4	<p>Descrição da canoa de alumínio: canoa de 07 m de comprimento por 1,40m de largura com capota removível de napa na cor verde, capacidade para 07 passageiros + 1 piloto, chapa fundo 3mm, laterais 2.50mm altura da popa 15 polegadas, estrado de alumínio emborrachado de 1,5mm.</p>	225888	Unidade	5	1	R\$ 10.870,20	R\$ 54.351,00

	<p>INFORMAÇÕES ADICIONAIS:</p> <p>As canoas deverão ser entregues pintadas, na cor branca com detalhes verdes, e identificadas com adesivos ou pintura nas laterais frontais da embarcação, contendo: "SESAI/MS","GOVERNO FEDERAL", "PODER EXECUTIVO" USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO, conforme modelo a ser apresentado no Termo de Referência. Item Exclusivo para ME e EPP em ate 25%.</p>						
5	<p>ESPECIFICAÇÃO DO MOTOR DE POPA 15 HP</p> <p>Altura da rabeta: 15 polegadas</p> <p>Peso (Kg): 36 Kg Nº de cilindros: 2 , Capacidade volumétrica: 246 Potência (Kw /Hp): 11.0 / 15 Faixa máxima de rotação (rpm): 4500/5500 Taxa de compressão: 6.8 Sistema de indução de combustível; Sensor de nível de óleo; Carburado Ignição: CDI Sistema de operação: Manche Lubrificação: Pré-mistura Sistema de Partida: Manual Sistema de inclinação: Manual Navegação em águas de pouca profundidade: STD Alternador: 6A Retificador com regulagem de voltagem ND Proteção partida engatada STD Hélice: Alumínio Tanque de gasolina (1): 24L Garantia do motor: 5 anos para uso recreativo. Obrigatório a primeira revisão com 20 horas ou 3 meses para ativação da garantia. Mão de obra gratuita na rede autorizada. Consumo médio de 5 a 7 Lts/hora, dependendo do barco e da carga. COM RABADA. MARCA HONDA OU EQUIVALENTE.</p>	325110	Unidade	15	7	R\$ 9.875,50	R\$ 148.132,50
6	<p>ESPECIFICAÇÃO DO MOTOR DE POPA 15 HP</p> <p>Altura da rabeta: 15 polegadas</p> <p>Peso (Kg): 36 Kg Nº de cilindros: 2 , Capacidade volumétrica: 246 Potência (Kw /Hp): 11.0 / 15 Faixa máxima de rotação (rpm): 4500/5500 Taxa de compressão: 6.8 Sistema de indução de combustível; Sensor de nível de óleo; Carburado Ignição: CDI Sistema de operação: Manche Lubrificação: Pré-mistura Sistema de Partida: Manual Sistema de inclinação: Manual Navegação</p>	325110	Unidade	5	1	R\$ 9.875,50	R\$ 49.377,50

	em águas de pouca profundidade: STD Alternador: 6A Retificador com regulação de voltagem ND Proteção partida engatada STD Hélice: Alumínio Tanque de gasolina (1): 24L Garantia do motor: 5 anos para uso recreativo. Obrigatório a primeira revisão com 20 horas ou 3 meses para ativação da garantia. Mão de obra gratuita na rede autorizada. Consumo médio de 5 a 7 Lts/hora, dependendo do barco e da carga. COM RABADA. MARCA HONDA OU EQUIVALENTE. Item Exclusivo para ME e EPP em ate 25%.						
7	<p>ESPECIFICAÇÃO DO MOTOR DE POPA 13 HP</p> <p>Motor: Monocilíndrico OHV, 4 tempos refrigerado a ar Combustível: Gasolina Diâmetro x Curso: 88 x 64 mm Cilindrada: 389 cc Potência Máxima: 13cv (Horse Power) Rotação Máxima: 4000 RPM Torque Máximo: 26,5 N.m/2500 rpm Consumo máximo de Combustível: 390 g/KW/h Taxa de Compressão: 8.5:1 Eixo: 25,4 mm Redutor de Rotação: Não Filtro de Ar: Seco, com duplo elemento Sistema de partida: Elétrica Sensor de nível de óleo: Sim Capacidade do cárter: 1,1 L Capacidade do tanque de combustível; Sensor de nível de óleo; 6 L Óleo de lubrificação: SAE 15W – 40. COM RABADA. MARCA HONDA OU EQUIVALENTE.</p>	603108	Unidade	15	7	R\$ 4.220,00	R\$ 63.300,00
8	<p>ESPECIFICAÇÃO DO MOTOR DE POPA 13 HP</p> <p>Motor: Monocilíndrico OHV, 4 tempos refrigerado a ar Combustível: Gasolina Diâmetro x Curso: 88 x 64 mm Cilindrada: 389 cc Potência Máxima: 13cv (Horse Power) Rotação Máxima: 4000 RPM Torque Máximo: 26,5 N.m/2500 rpm Consumo máximo de Combustível: 390 g/KW/h Taxa</p>	378758	Unidade	5	1	R\$ 4.220,00	R\$ 21.100,00

de Compressão: 8.5:1 Eixo: 25,4 mm Redutor de Rotação: Não Filtro de Ar: Seco, com duplo elemento Sistema de partida: Elétrica Sensor de nível de óleo: Sim Capacidade do cârter: 1,1 L Capacidade do tanque de combustível; Sensor de nível de óleo; 6 L Óleo de lubrificação: SAE 15W – 40. COM RABADA. MARCA HONDA OU EQUIVALENTE. Item Exclusivo para ME e EPP em ate 25%.						
VALOR TOTAL ESTIMADO:						R\$1.569.314,00

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A União, representada pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Secretária Especial de Saúde Indígena – SESAI, é a responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e todo o processo de gestão do SasiSUS no Sistema Único de Saúde (SUS). Tem por função fundamental promover a assistência à saúde dos povos indígenas através dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI/VAJ. Neste caso o DSEI/VAJ responde por toda a sua área de abrangência da Terra Indígena Vale do Javari gerenciando ações para o suprimento de necessidades da atenção básica a saúde dos povos indígenas e realizando contratações com

particulares para manter a garantia da continuidade dos serviços praticados, evitando riscos na demora nos atendimentos aos indígenas.

2.2 O DSEI/VAJ conta atualmente com uma população de pouco mais de 6.421 (seis mil quatrocentos e vinte e um) clientes indígenas, em uma extensão territorial de 8.500.000 hectares, distribuídos em 67 (sessenta e sete) aldeias, 1 (um) acampamento, 8 (oito) Polos Base (Jaquirana, Itacoai, Médio Javari, Alto Ituí, Médio Curuçá, Rio Branco, Médio Ituí e Alto Curuçá), 1 (uma) balsa (pontos de apoio estratégicos a saúde indígena) dos povos indígenas de recente-contato, 1 (uma) Casa de Apoio à Saúde do Indígena (Atalaia do Norte AM) e 1 (uma) Casa de Apoio aos portadores de hepatites virais (Tabatinga-AM), abrangentes no estado do Amazonas, com Sede no município de Atalaia do Norte-AM onde se centralizam o gerenciamento do Distrito e as atividades logísticas de suporte para a operacionalização das ações de saúde das equipes de campo.

2.3 O DSEI Vale do Javari enfrenta desafios logísticos significativos devido à sua geografia, marcada pela dificuldade de acesso, especialmente durante os períodos de seca. O transporte fluvial é essencial para a realização de diversas ações de saúde, incluindo o transporte de equipes multidisciplinares, vacinas, remoções de pacientes em situações de emergência e até mesmo o transporte de soro antiofídico. Uma solução logística aprimorada é crucial para garantir a continuidade desses serviços, atendendo de forma eficaz as necessidades de saúde da população local, que é predominantemente indígena.

2.4 No que diz respeito ao transporte de vacinas e outros medicamentos, a necessidade de garantir condições ideais de armazenamento e transporte se torna ainda mais importante devido à exigência de refrigeração para preservar a eficácia desses produtos. Durante os períodos chuvosos, as rotas fluviais podem ser obstruídas ou dificultadas pelas condições climáticas adversas, o que exige a adoção de embarcações especializadas que permitam transportar os medicamentos de forma segura, sem comprometer sua qualidade. Além disso, é fundamental que haja uma logística eficiente para o transporte de equipes médicas e de saúde, como as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), que necessitam ser substituídas a cada 60 dias. O tempo de deslocamento dessas equipes é um desafio constante, uma vez que as viagens podem ser longas e cansativas, principalmente durante o período de chuvas, quando o acesso se torna mais difícil. Uma solução eficaz deve garantir que as trocas ocorram dentro do prazo necessário para evitar o desgaste dos profissionais e a falta de continuidade nos cuidados.

2.5 A remoção de pacientes em situações de urgência e emergência, como aqueles que necessitam de atendimento após acidentes com animais peçonhentos, também é um dos maiores desafios logísticos da região. Esses pacientes muitas vezes precisam ser transferidos rapidamente para unidades de saúde, mas as condições adversas da região dificultam esse processo, especialmente durante a seca. O transporte fluvial, que é a principal forma de acesso, deve ser adequado para esses casos, com embarcações capazes de transportar os pacientes com segurança, acompanhados de equipes médicas e medicamentos de urgência.

2.6 Além disso, o Sistema de Regulação (SISREG) desempenha um papel crucial no encaminhamento de pacientes para tratamentos fora do domicílio, como consultas, exames e retornos médicos. O transporte dessas pessoas, juntamente com o apoio da CASAI (Casa de Apoio à Saúde Indígena) e da CAPAI (Coordenação de Atenção à Saúde Indígena), precisa ser realizado de forma eficiente, para que os pacientes recebam os cuidados necessários sem demora. O atendimento no domicílio é uma realidade frequente na região, e, quando necessário, os pacientes devem ser retirados para consultas e exames em unidades de saúde adequadas. Isso exige uma rede de transporte bem estruturada, capaz de se adaptar às necessidades de cada caso.

2.7 Outro aspecto importante da logística envolve a distribuição de soro antiofídico em casos de acidentes com animais peçonhentos. Durante a época das chuvas, o transporte desse antídoto se torna mais crítico, uma vez que o acesso às unidades de saúde pode ser comprometido, colocando em risco a vida de pacientes vítimas desses acidentes. A solução para esse problema envolve a criação de um sistema de transporte emergencial, capaz de garantir a rápida chegada do soro às áreas mais afetadas, com embarcações rápidas e adequadas para esse tipo de carga.

2.8 Por fim, o apoio às campanhas de imunização, principalmente durante os períodos de chuva, exige que o transporte de imunobiológicos seja seguro e eficiente. As vacinas precisam ser transportadas de forma adequada para as comunidades distantes e, em seguida, aplicadas nos moradores, o que requer uma logística bem planejada. A distribuição de vacinas e a aplicação das doses em tempo hábil são fundamentais para garantir que a população esteja protegida contra doenças endêmicas, e a solução deve contemplar as particularidades da região, com embarcações adaptadas e equipes capacitadas para realizar a vacinação de forma eficaz.

2.9 Portanto, a implementação de uma solução logística aprimorada para o DSEI Vale do Javari passa pela adaptação do transporte fluvial às necessidades específicas da região. Isso inclui a capacitação das embarcações, o desenvolvimento de rotas fluviais alternativas, o transporte adequado de vacinas, medicamentos e soro antiofídico, e a garantia de que as equipes médicas possam realizar suas trocas sem atraso. Esse conjunto de ações é essencial para assegurar que os serviços de saúde sejam prestados de forma eficiente e contínua, mesmo diante das dificuldades impostas pela geografia e pelo clima da região.

2.10 O tempo de deslocamento entre Atalaia do Norte e os Polos-Base do DSEI Vale do Javari varia significativamente de acordo com o tipo de embarcação utilizada e o período do ano, sendo fortemente influenciado pelo regime das águas (cheia e seca). Utilizando embarcações com dois motores de 13 HP, o tempo de ida e volta para o Polo Base Alto Curuçá, na comunidade Maronal, é de aproximadamente 16 dias durante o período de cheia e pode chegar a 28 dias na seca. Já com uma embarcação equipada com motor de 200 HP, esse deslocamento é reduzido para cerca de 4 dias. Para o Polo Alto Ituí, com sede em Paraná, os tempos são semelhantes: 16 dias na cheia, 28 na seca, e 4 dias com motor potente. O deslocamento para Vida Nova, dentro do mesmo polo, demanda cerca de 13 dias na cheia, 26 na seca e 2 dias com motor de 200 HP.

2.11 No eixo do rio Itaco, o trajeto até o Polo Base Massap leva cerca de 10 dias durante a cheia, 16 na seca e pode ser reduzido a 2 dias com motor mais potente. O Polo Jaquirana, na Aldeia 31, apresenta os mesmos tempos de deslocamento do Alto Ituí e Alto Curuçá, variando entre 16 e 28 dias, ou 4 dias com embarcao de maior potência. No Médio Curuçá, cujo polo está situado em São Sebastião, o deslocamento leva 16 dias na cheia, 20 na seca e apenas 2 dias com motor de 200 HP.

2.12 No Médio Ituí, com sede em Rio Novo, o trajeto  um pouco mais curto: 5 dias durante a cheia, 14 na seca e 2 dias com motor mais potente. Para o Polo Base Rio Branco, com sede em Tawaya, o percurso leva em torno de 10 dias na cheia, 14 na seca e 2 dias com embarcao equipada com motor de 200 HP. J o Médio Javari, cujo polo está em São Luís, apresenta um tempo fixo de 8 dias tanto na cheia quanto na seca, sendo reduzido para 2 dias com motor potente.

2.13 Esses dados evidenciam a complexidade logística da região, com deslocamentos que podem ultrapassar várias semanas dependendo das condioes climáticas e da infraestrutura disponível. Eles reforçam a necessidade de investimentos em embarcaos mais potentes e adaptadas, além do planejamento de rotas e cronogramas eficazes, a fim de garantir o atendimento contínuo às comunidades indígenas do Vale do Javari.

Quadro 1 – Deslocamento da sede do DSEI para os Polos Bases.

Polo base	Sede do Polo	2 Motores 13 HP (cheia)	2 Motores 13 HP (seca)	Motor 200 HP
Alto Curuçá	Maronal	16 dias	28 dias	4 dias
Alto Ituí	Paraná	16 dia	28 dias	4 dias
Alto Ituí	Vida Nova	13 dias	26 dias	2 dias
Itaco	Massap	10 dias	16 dias	2 dias
Jaquirana	Aldeia 31	16 dias	28dias	4 dias
Médio Curuçá	São Sebastião	16 dias	20 dias	2 dias
Médio Ituí	Rio Novo	5 dias	14 dias	2 dias
Rio Branco	Tawaya	10 dias	14 dias	2 dias
Médio Javari	São Luís	8 dias	8 dias	2 dias

Fonte: DIASI/SELOG/DSEI/VAJ.

2.14 Diante das distâncias extensas a logística de transporte no território do DSEI Vale do Javari representa um dos maiores desafios para a garantia do acesso  saúde das populaoes indígenas. Os longos tempos de deslocamento entre Atalaia do Norte e os Polos-Base, que podem durar semanas dependendo do tipo de embarcao e do período do ano, dificultam a continuidade dos atendimentos e a resposta rápida a emergências. Essa realidade se torna ainda mais crítica durante a época das chuvas, quando as condioes dos rios e das trilhas se tornam mais adversas.

2.15 É fundamental que se invista em soluções logísticas específicas para a região, como embarcações mais potentes e adaptadas, melhorias nas rotas fluviais, e um sistema de transporte planejado e eficiente. Isso garantirá não apenas a chegada segura de medicamentos, vacinas e profissionais de saúde, mas também a remoção rápida de pacientes em situações graves. Além disso, a substituição regular das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) precisa ocorrer dentro do prazo, evitando o desgaste dos profissionais e a interrupção do cuidado com as comunidades.

2.16 Melhorar a logística na região do Vale do Javari é garantir o direito à saúde para todos os povos indígenas que vivem ali, respeitando suas particularidades culturais e geográficas. É também assegurar que as políticas públicas de saúde cheguem com eficácia às áreas mais remotas da Amazônia brasileira.

2.17 Justificativa da Adoção do Sistema de Registro de Preços

2.18.1 A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, é justificada pela natureza contínua e variável da demanda por bens e serviços voltados à logística de transporte no território do DSEI Vale do Javari. Considerando as especificidades geográficas da região — marcada por grandes distâncias, sazonalidade de acesso (cheia e seca dos rios) e alto grau de imprevisibilidade nas necessidades logísticas — o SRP se mostra como a solução mais eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

2.19.2 O sistema permitirá a aquisição planejada e gradativa de embarcações, motores, demais itens logísticos, conforme a real necessidade e disponibilidade orçamentária do órgão, evitando desperdícios, compras emergenciais e garantindo melhor gestão dos recursos públicos.

2.19.3 Além disso, o SRP possibilita atender com maior agilidade às demandas emergenciais que surgem ao longo do ano, como surtos epidemiológicos, campanhas de imunização e remoções de pacientes em situações críticas, sem a necessidade de instaurar um novo processo licitatório a cada evento. A centralização dos preços também proporciona economia de escala e padronização dos materiais adquiridos, promovendo maior eficiência e controle na execução dos serviços.

2.19.4 Portanto, o Sistema de Registro de Preços atende plenamente aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, sendo a modalidade mais apropriada para atender às necessidades do DSEI Vale do Javari no contexto da saúde indígena.

2.19.5 Por essas razões, existe a necessidade de que o processo seja realizado por meio do Sistema de Registro de Preços, mantendo-se o preço registrado para que a unidade possa efetuar sua contratação, de acordo com a demanda, aplicando-se justamente o fim a que se destina esse sistema, ou seja, atender eventuais contratações, as quais não são passíveis de mensurar pontualmente no momento, embora se saiba, de pronto, que a contratação será necessária em espaço de tempo, que abrange a vigência da ata, que será de 12 (doze) meses, podendo ampliar o número de contratados até o limite do registrado, tornando mais eficiente, eficaz e econômico o procedimento.

2.19.6 Além disso, o Sistema de Registro de Preços permite a participação de outros órgãos públicos, o que favorece ao desconto em escala, alcançando valores mais vantajosos para a Administração Pública.

2.19.7 Consta do art. 3º do Decreto n.º 11.462/2023: Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.19.11. Nos termos do §1º, do art. 82, da Lei 14.133/2021, o critério de julgamento que mais adequado a contratação, visando ampla concorrência e a obtenção de preços mais vantajosos é o menor preço por item.

2.19.12 Isto posto, a contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, por item, utilizando-se do Sistema de Registro de Preço, com possibilidade de assinatura de contrato.

2.20 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP

2.20.1 Consta do art. 4º da Lei 14.133/2021: Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

2.20.2 Já o art. 48, I, a Lei Complementar 123/2006, firma que deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2.20.3 Assim, considerando que a licitação é por item e que nenhum dos valores ultrapassa o custo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o procedimento licitatório será exclusivo para microempresa e empresas de pequeno porte.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: (00394544000185-0-000074/2025)

II) Data de publicação no PNCP: 14/11/2024

III) Id do item no PCA: 1172

VI) Classe/Grupo: 1940

V) Identificador da Futura Contratação: 257026-72/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Efetuar a entrega do objeto (embarcações e motores) em perfeitas condições de uso, conforme as especificações técnicas, prazos e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal. Esta deverá conter: identificação do fabricante, número de série, data de fabricação, manual de operação e garantia do fabricante, quando aplicável.

3.2. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, podendo ser prorrogados por igual período (mediante justificativa plausível da empresa, enviados com antecedência mínima de dez dias), contados a partir do recebimento do empenho, com entrega sob demanda, quando deverão ser observadas as condições de entrega pactuadas.

3.3. A entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari – Rua Raimundo Gimaque do Nascimento, s/n, Centro, Atalaia do Norte/AM, CEP: 69.650-000, no horário das 7:30h às 12h e das 14h às 17h30, de segunda a sexta-feira.

3.4. Os bens serão recebidos provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, por responsável técnico designado, para conferência e verificação da conformidade com o Termo de Referência e demais documentos da licitação.

3.5. Os itens que não estiverem em conformidade com as especificações poderão ser rejeitados, devendo ser substituídos no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

3.6. O recebimento definitivo dos bens será formalizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante análise da qualidade e quantidade dos materiais, sendo lavrado termo de recebimento definitivo.

3.7. Caso a verificação definitiva não seja realizada no prazo estipulado, considerar-se-á como concluída no último dia do prazo, conforme previsto em norma.

3.8. O recebimento dos bens, provisório ou definitivo, não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais quanto a vícios ocultos ou prejuízos decorrentes da má qualidade ou fornecimento inadequado.

3.9. A presente aquisição será realizada por meio de Pregão Eletrônico, na forma de Registro de Preços, modalidade menor preço por item, conforme legislação vigente. o modo de disputa adotado será o sistema aberto/fechado, pois trata-se de uma aquisição. A adoção desse modelo visa garantir a economicidade, a transparência e a competitividade, mesmo diante das dificuldades logísticas da região.

3.10. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste estudo, seus anexos e sua proposta, assumindo de forma exclusiva seus riscos e as despesas decorrente da boa e perfeita execução do objeto, responsabilizando-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto e, ainda:

3.11. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: fabricante, lote, data de fabricação e data de validade se houver;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Visando a efetiva aplicação de critérios e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, o DSEI VAJ, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.1.2. Ao considerar a aquisição de embarcações com motores de popa, canoas, motores rabeta de 13 e 15 HP, e levando em conta as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, bem como os requisitos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) para certificação de produtos sustentáveis e de menor impacto ambiental, é essencial adotar uma série de critérios de sustentabilidade. Estes critérios envolvem tanto a escolha dos materiais quanto a operação e descarte das embarcações e motores. Além disso, é fundamental garantir que os bens adquiridos atendam aos requisitos de segurança ambiental exigidos pelas normativas, como a não utilização de substâncias perigosas.

4.1.3. Primeiramente, as embarcações e motores de popa devem ser certificados conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, que estabelecem requisitos ambientais para produtos de baixo impacto ambiental. Estes critérios visam assegurar que o produto tenha um ciclo de vida com menores danos ao meio ambiente, desde a produção até o descarte. A certificação INMETRO de produtos sustentáveis implica que as embarcações e motores devem atender a padrões rigorosos de eficiência energética, redução de emissões e uso responsável dos recursos naturais. Isso pode incluir o desenvolvimento de tecnologias mais limpas, como motores com menores índices de emissão de CO2 e outros poluentes.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1 Os motores Yamaha e Honda, similar ou equivalente, são conhecidos pela maior resistência ao desgaste e pelo desempenho estável mesmo após longos períodos de uso em águas densas. Eles oferecem uma melhor proteção contra corrosão, graças ao uso de materiais e tecnologias de fabricação mais avançadas, que garantem uma vida útil mais longa, com menos necessidade de manutenção e reparos. Isso faz com que essas marcas sejam a preferência predominante de associações de taxistas fluviais na região, que dependem de motores de alto desempenho para realizar suas atividades diárias com segurança e eficiência.

4.2.2 Essas características tornam os motores Yamaha e Honda (similar ou equivalente), as opções mais confiáveis e econômicas a longo prazo para quem opera na região do Vale do Javari. Seus motores, devido ao design robusto e à tecnologia empregada, apresentam um menor índice de falhas, o que significa menos interrupções no serviço e maior confiabilidade, além de garantir uma operação mais tranquila, mesmo em condições adversas.

4.2.3 Portanto, para quem busca uma solução durável e eficiente para operar nas águas densas do Vale do Javari, as marcas Yamaha e Honda (similar ou equivalente) são as mais indicadas, oferecendo não apenas um excelente desempenho, mas também maior resistência ao desgaste, ao aquecimento e à corrosão, aspectos fundamentais para garantir o bom funcionamento dos motores no longo prazo.

4.2.4 Considerando as especificações estabelecidas nos itens 1 e 2 do processo licitatório referente à aquisição de embarcação e motores, justifica-se a escolha do motor da marca Yamaha para equipar a embarcação tipo lancha, em razão de sua comprovada eficiência e confiabilidade, especialmente nas condições específicas da região do Vale do Javari.

4.2.5 A marca Yamaha é amplamente reconhecida por seu desempenho superior em ambientes de uso intenso, como é o caso das operações fluviais na referida região, onde os motores são constantemente submetidos a longas jornadas, águas com variações de profundidade, forte correnteza e alta carga de transporte. Nessas circunstâncias, motores de menor robustez tendem a apresentar falhas mecânicas com maior frequência, o que compromete a continuidade e a eficácia das atividades institucionais.

4.2.6 Além disso, a Yamaha se destaca no mercado local por oferecer a melhor rede de assistência técnica e disponibilidade de peças, o que é crucial para garantir manutenção preventiva e corretiva sem longas interrupções. Sua adaptação ao tipo de combustível disponível e à qualidade da água navegável também contribui para um desempenho mais duradouro e seguro.

4.2.7 Portanto, a escolha do motor Yamaha representa não apenas o cumprimento dos critérios técnicos estabelecidos, mas também a adoção da alternativa mais adequada às exigências operacionais do órgão, promovendo maior eficiência, durabilidade e economia a longo prazo.

Da vedação de contratação de marca ou produto:

4.3. Não haverá vedações de marcas, características ou modelos e carta de solidariedade, diante da ausência de processos administrativos que evidenciem a inadequação de produtos anteriormente adquiridos pela Administração, não há embasamento para vedar a contratação de marca ou produto conforme o inciso III do artigo 41 da Lei 14.133 /2021.

4.4. Da mesma forma, a não solicitação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, nos casos de licitantes revendedores ou distribuidores, é justificada pela falta de motivos que demandem tal garantia adicional para a execução do contrato, conforme o inciso IV. Em ambos os casos, a ausência de evidências que justifiquem tais medidas adicionais reflete a inexistência de necessidade prática para sua aplicação.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.6. Para todos os itens o período de garantia dos materiais, objeto desta contratação, será de 01 (um) ano, contra eventuais defeitos de fabricação, a contar da data de recebimento pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari;

4.7. Para todos os bens duráveis (assim, considerados permanentes: motor rabeta ou de popa,) incluídos na embarcação, deverão ter garantia de 6 (seis) meses do fornecedor, ou de 01 (um) ano do fabricante;

4.8. Caso a garantia do fabricante seja superior ao estipulado acima, fica estabelecido como prazo de garantia o mencionado pelo fabricante.

4.9. Prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior. Em casos de defeito de fabrica e se o material estiver dentro do prazo de garantia, o fornecedor será acionado para a troca do material sem quaisquer custos para a Contratante;

4.10. A Licitante deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecido pelo fabricante). Os fornecedores dos equipamentos deverão descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante e todo o suporte necessário à solução de problemas e intermediação com o fabricante e distribuidor para solução rápida de alguma dificuldade.

4.11. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado, preferencialmente, na Região em que se encontra instalado os bens permanentes, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter o objeto em perfeitas condições de uso, sendo todas as despesas relativas à garantia, por conta da fornecedora. Quando não for possível oferecer assistência técnica nos termos acima, a empresa fornecedora deverá arcar com os custos de transporte do objeto.

4.12. Obrigatoriamente os produtos a serem ofertados deverão ser de 1ª qualidade;

4.13. Os materiais deverão conter garantia contra possíveis defeitos de fabricação;

4.14. No caso de apresentarem defeitos e, conseqüentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

4.15. O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada;

4.16. Quando da entrega do objeto por parte da licitante, for detectado que o mesmo não apresenta características e especificações conforme exigidos no edital e/ou não apresenta 1ª qualidade, a licitante deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para a Administração Pública.

4.17. Durante o prazo de garantia deverá ser providenciada a troca dos produtos que apresentarem defeitos técnicos de fabricação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do comunicado à empresa responsável pelo fornecimento.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.18. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.18.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.18.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.18.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, § 4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.19. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **[normal]** de 10%, prevista no Decreto n.º. 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução n.º SEGES-CICS/MGI nº 1, de 2 de julho de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de **bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.**

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço* Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari – Rua Raimundo Gimaque do Nascimento, s/n, Centro, Atalaia do Norte/AM, CEP: 69.650-000, no horário das 7:30h às 12h e das 14h às 17h30, de segunda a sexta-feira.

Garantia, manutenção e assistência técnica:

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30** (trinta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5%** (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (**vinte** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **(IPCA)** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **25/04/2025**.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO], sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO]

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será continuado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :*

9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira:

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis [dos dois últimos exercícios sociais], já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *[patrimônio líquido mínimo]* de 2% do *[valor total estimado da contratação]*.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. I Similaridade com o Objeto;

9.34.1.2. II - prazo de entrega;

9.34.1.3. III - quantidade mínima de 40% com a quantidade a ser adquirida;

9.34.2. os atestados de capacitação técnica podem ser apresentados em nomes da matriz ou final de empresa licitante.

9.35.3 Licença de operação ambiental do fabricante da embarcação, emitida por órgãos competente resolução COSAMA n 237, de 19 de dezembro 1997 art 1 inciso I e II.

9.34.4. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.569.314,00 (Um Milhão quinhentos e sessenta e nove mil trezentos e quatorze reais), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima].

10.2. *Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.*

10.3. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001/257026

II) Fonte de recursos: 100100000

III) Programa de trabalho: 234651

IV) Elemento de despesa: 449052

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como **sigilosas**.

Atalaia do Norte - AM 4 de maio de 2026.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

~~(Contratações de pequeno valor – art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)~~

~~OU~~

~~(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor – art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)~~

~~13. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO~~

~~13.1. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas:~~

~~13.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração:~~

~~13.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:~~

~~13.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;~~

~~13.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II);~~

13.2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

~~13.2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~13.2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.~~

OU

~~13.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~13.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin [A2]).~~

~~13.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~13.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~13.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

OU

13.8. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.

13.8 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.8.1 São obrigações do Contratante:

13.8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

13.8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

13.8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

13.8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

13.8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

~~13.8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;~~

~~13.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;~~

~~13.10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:~~

~~13.10.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~13.10.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;~~

~~13.10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;~~

~~13.10.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;~~

~~13.10.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~13.10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;~~

~~13.10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;~~

~~13.10.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:~~

~~— 13.10.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~— 13.10.10.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~— 13.10.11.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~— 13.10.12.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~

~~— 13.10.13.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;~~

~~13.10.1. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;~~

~~13.10.2. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;~~

~~13.10.3. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;~~

~~13.10.4. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;~~

~~13.10.5. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~13.10.6 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

~~13.10.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

~~13.10.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~13.10.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~13.10.10. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~13.10.11 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~

~~13.10.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.~~

~~13.10.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.~~

~~13.10.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.~~

~~13.10.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~

~~13.10.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~13.10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~

~~13.10.18 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.401, de 12 de junho de 2000;~~

~~13.10.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.~~

14. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

~~14.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~14.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~14.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~14.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.~~

OU

~~14.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~14.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.~~

~~14.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.~~

~~14.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.~~

14.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes [A16] contraentes.

~~14.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:~~

~~— 14.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~— 14.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.~~

~~— 14.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~14.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~— 14.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~— 14.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~— 14.10.3. Indenizações e multas;~~

~~14.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~

~~14.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

15. DOS CASOS OMISSOS

~~15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.070, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.~~

16. ALTERAÇÕES

~~16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.~~

~~16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.~~

~~16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~16.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

16. FORO

~~16.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Tabatinga — AM, Seção Judiciária de Tabatinga — Am para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Enquadramento na LGPD

15.1 Não se faz necessário a classificação destes termos de referencias no termo da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tendo em vista que o documento não contem informações sigilosa ou dados sensíveis.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIAS FERREIRA DO CARMO

Chefe Substituto do Selog Vaj



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 11:19:02.

LIVONEY CASTRO ALMEIDA

Equipe de apoio

WANRLEY GEORGE MONTEIRO RODRIGUES

Equipe de apoio

DIST. SANIT. ESP. INDIGENA JAVARI

Estudo Técnico Preliminar 17/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25041.000227/2025-66

2. Descrição da necessidade

2.1 A União, representada pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Secretária Especial de Saúde Indígena – SESAI, é a responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e todo o processo de gestão do SasiSUS no Sistema Único de Saúde (SUS). Tem por função fundamental promover a assistência à saúde dos povos indígenas através dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI/VAJ. Neste caso o DSEI/VAJ responde por toda a sua área de abrangência da Terra Indígena Vale do Javari gerenciando ações para o suprimento de necessidades da atenção básica a saúde dos povos indígenas e realizando contratações com particulares para manter a garantia da continuidade dos serviços praticados, evitando riscos na demora nos atendimentos aos indígenas.

2.2 O DSEI/VAJ conta atualmente com uma população de pouco mais de 6.421 (seis mil quatrocentos e vinte e um) clientes indígenas, em uma extensão territorial de 8.500.000 hectares, distribuídos em 67 (sessenta e sete) aldeias, 1 (um) acampamento, 8 (oito) Polos Base (Jaquirana, Itacoai, Médio Javari, Alto Ituí, Médio Curuçá, Rio Branco, Médio Ituí e Alto Curuçá), 1 (uma) balsa (pontos de apoio estratégicos a saúde indígena) dos povos indígenas de recente-contato, 1 (uma) Casa de Apoio à Saúde do Indígena (Atalaia do Norte AM) e 1 (uma) Casa de Apoio aos portadores de hepatites virais (Tabatinga-AM), abrangentes no estado do Amazonas, com Sede no município de Atalaia do Norte-AM onde se centralizam o gerenciamento do Distrito e as atividades logísticas de suporte para a operacionalização das ações de saúde das equipes de campo.

2.3 O DSEI Vale do Javari enfrenta desafios logísticos significativos devido à sua geografia, marcada pela dificuldade de acesso, especialmente durante os períodos de seca. O transporte fluvial é essencial para a realização de diversas ações de saúde, incluindo o transporte de equipes multidisciplinares, vacinas, remoções de pacientes em situações de emergência e até mesmo o transporte de soro antiofídico. Uma solução logística aprimorada é crucial para garantir a continuidade desses serviços, atendendo de forma eficaz as necessidades de saúde da população local, que é predominantemente indígena.

2.4 No que diz respeito ao transporte de vacinas e outros medicamentos, a necessidade de garantir condições ideais de armazenamento e transporte se torna ainda mais importante devido à exigência de refrigeração para preservar a eficácia desses produtos. Durante os períodos chuvosos, as rotas fluviais podem ser obstruídas ou dificultadas pelas condições climáticas adversas, o que exige a adoção de embarcações especializadas que permitam transportar os medicamentos de forma segura, sem comprometer sua qualidade. Além disso, é fundamental que haja uma logística eficiente para o transporte de equipes médicas e de saúde, como as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), que necessitam ser substituídas a cada 60 dias. O tempo de deslocamento dessas equipes é um desafio constante, uma vez que as viagens podem ser longas e cansativas, principalmente durante o período de chuvas, quando o acesso se torna mais difícil. Uma solução eficaz deve garantir que as trocas ocorram dentro do prazo necessário para evitar o desgaste dos profissionais e a falta de continuidade nos cuidados.

2.5 A remoção de pacientes em situações de urgência e emergência, como aqueles que necessitam de atendimento após acidentes com animais peçonhentos, também é um dos maiores desafios logísticos da região. Esses pacientes muitas vezes precisam ser transferidos rapidamente para unidades de saúde, mas as condições adversas da região dificultam esse processo, especialmente durante a seca. O transporte fluvial, que é a principal forma de acesso, deve ser adequado para esses casos, com embarcações capazes de transportar os pacientes com segurança, acompanhados de equipes médicas e medicamentos de urgência.

2.6 Além disso, o Sistema de Regulação (SISREG) desempenha um papel crucial no encaminhamento de pacientes para tratamentos fora do domicílio, como consultas, exames e retornos médicos. O transporte dessas pessoas, juntamente com o apoio da CASAI (Casa de Apoio à Saúde Indígena) e da CAPAI (Coordenação de Atenção à Saúde Indígena), precisa ser realizado de forma eficiente, para que os pacientes recebam os cuidados necessários sem demora. O atendimento no domicílio é uma realidade frequente na região, e, quando necessário, os pacientes devem ser retirados para consultas e exames em unidades de saúde adequadas. Isso exige uma rede de transporte bem estruturada, capaz de se adaptar às necessidades de cada caso.

2.7 Outro aspecto importante da logística envolve a distribuição de soro antiofídico em casos de acidentes com animais peçonhentos. Durante a época das chuvas, o transporte desse antídoto se torna mais crítico, uma vez que o acesso às unidades de saúde pode ser comprometido, colocando em risco a vida de pacientes vítimas desses acidentes. A solução para esse problema envolve a criação de um

sistema de transporte emergencial, capaz de garantir a rápida chegada do soro às áreas mais afetadas, com embarcações rápidas e adequadas para esse tipo de carga.

2.8 Por fim, o apoio às campanhas de imunização, principalmente durante os períodos de chuva, exige que o transporte de imunobiológicos seja seguro e eficiente. As vacinas precisam ser transportadas de forma adequada para as comunidades distantes e, em seguida, aplicadas nos moradores, o que requer uma logística bem planejada. A distribuição de vacinas e a aplicação das doses em tempo hábil são fundamentais para garantir que a população esteja protegida contra doenças endêmicas, e a solução deve contemplar as particularidades da região, com embarcações adaptadas e equipes capacitadas para realizar a vacinação de forma eficaz.

2.9 Portanto, a implementação de uma solução logística aprimorada para o DSEI Vale do Javari passa pela adaptação do transporte fluvial às necessidades específicas da região. Isso inclui a capacitação das embarcações, o desenvolvimento de rotas fluviais alternativas, o transporte adequado de vacinas, medicamentos e soro antiofídico, e a garantia de que as equipes médicas possam realizar suas trocas sem atraso. Esse conjunto de ações é essencial para assegurar que os serviços de saúde sejam prestados de forma eficiente e contínua, mesmo diante das dificuldades impostas pela geografia e pelo clima da região.

2.10 O tempo de deslocamento entre Atalaia do Norte e os Polos-Base do DSEI Vale do Javari varia significativamente de acordo com o tipo de embarcação utilizada e o período do ano, sendo fortemente influenciado pelo regime das águas (cheia e seca). Utilizando embarcações com dois motores de 13 HP, o tempo de ida e volta para o Polo Base Alto Curuçá, na comunidade Maronal, é de aproximadamente 16 dias durante o período de cheia e pode chegar a 28 dias na seca. Já com uma embarcação equipada com motor de 200 HP, esse deslocamento é reduzido para cerca de 4 dias. Para o Polo Alto Ituí, com sede em Paraná, os tempos são semelhantes: 16 dias na cheia, 28 na seca, e 4 dias com motor potente. O deslocamento para Vida Nova, dentro do mesmo polo, demanda cerca de 13 dias na cheia, 26 na seca e 2 dias com motor de 200 HP.

2.11 No eixo do rio Itaco, o trajeto até o Polo Base Massap leva cerca de 10 dias durante a cheia, 16 na seca e pode ser reduzido a 2 dias com motor mais potente. O Polo Jaquirana, na Aldeia 31, apresenta os mesmos tempos de deslocamento do Alto Ituí e Alto Curuçá, variando entre 16 e 28 dias, ou 4 dias com embarcao de maior potência. No Médio Curuçá, cujo polo está situado em São Sebastião, o deslocamento leva 16 dias na cheia, 20 na seca e apenas 2 dias com motor de 200 HP.

2.12 No Médio Ituí, com sede em Rio Novo, o trajeto  um pouco mais curto: 5 dias durante a cheia, 14 na seca e 2 dias com motor mais potente. Para o Polo Base Rio Branco, com sede em Tawaya, o percurso leva em torno de 10 dias na cheia, 14 na seca e 2 dias com embarcao equipada com motor de 200 HP. J o Médio Javari, cujo polo está em São Luz, apresenta um tempo fixo de 8 dias tanto na cheia quanto na seca, sendo reduzido para 2 dias com motor potente.

2.13 Esses dados evidenciam a complexidade logística da região, com deslocamentos que podem ultrapassar várias semanas dependendo das condioes climáticas e da infraestrutura disponível. Eles reforçam a necessidade de investimentos em embarcaoes mais potentes e adaptadas, além do planejamento de rotas e cronogramas eficazes, a fim de garantir o atendimento contínuo às comunidades indígenas do Vale do Javari.

Quadro 1 – Deslocamento da sede do DSEI para os Polos Bases.

Polo base	Sede do Polo	2 Motores 13 HP (cheia)	2 Motores 13 HP (seca)	Motor 200 HP
Alto Curuçá	Maronal	16 dias	28 dias	4 dias
Alto Ituí	Paraná	16 dia	28 dias	4 dias
Alto Ituí	Vida Nova	13 dias	26 dias	2 dias
Itaco	Massap	10 dias	16 dias	2 dias
Jaquirana	Aldeia 31	16 dias	28dias	4 dias
Médio Curuçá	São Sebastião	16 dias	20 dias	2 dias
Médio Ituí	Rio Novo	5 dias	14 dias	2 dias
Rio Branco	Tawaya	10 dias	14 dias	2 dias
Médio Javari	São Luz	8 dias	8 dias	2 dias

Fonte: DIASI/SELOG/DSEI/VAJ.

2.14 Diante das distâncias extensas a logística de transporte no território do DSEI Vale do Javari representa um dos maiores desafios para a garantia do acesso  saúde das populaoes indígenas. Os longos tempos de deslocamento entre Atalaia do Norte e os Polos-Base, que podem durar semanas dependendo do tipo de embarcao e do período do ano, dificultam a continuidade dos atendimentos e a resposta rápida a emergências. Essa realidade se torna ainda mais crítica durante a época das chuvas, quando as condioes dos rios e das trilhas se tornam mais adversas.

2.15 É fundamental que se invista em soluções logísticas específicas para a região, como embarcações mais potentes e adaptadas, melhorias nas rotas fluviais, e um sistema de transporte planejado e eficiente. Isso garantirá não apenas a chegada segura de medicamentos, vacinas e profissionais de saúde, mas também a remoção rápida de pacientes em situações graves. Além disso, a substituição regular das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) precisa ocorrer dentro do prazo, evitando o desgaste dos profissionais e a interrupção do cuidado com as comunidades.

2.16 Melhorar a logística na região do Vale do Javari é garantir o direito à saúde para todos os povos indígenas que vivem ali, respeitando suas particularidades culturais e geográficas. É também assegurar que as políticas públicas de saúde cheguem com eficácia às áreas mais remotas da Amazônia brasileira.

2.17 Justificativa da Adoção do Sistema de Registro de Preços

2.17.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, é justificada pela natureza contínua e variável da demanda por bens e serviços voltados à logística de transporte no território do DSEI Vale do Javari. Considerando as especificidades geográficas da região — marcada por grandes distâncias, sazonalidade de acesso (cheia e seca dos rios) e alto grau de imprevisibilidade nas necessidades logísticas — o SRP se mostra como a solução mais eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

2.17.2. O sistema permitirá a aquisição planejada e gradativa de embarcações, motores, demais itens logísticos, conforme a real necessidade e disponibilidade orçamentária do órgão, evitando desperdícios, compras emergenciais e garantindo melhor gestão dos recursos públicos.

2.17.3. Além disso, o SRP possibilita atender com maior agilidade às demandas emergenciais que surgem ao longo do ano, como surtos epidemiológicos, campanhas de imunização e remoções de pacientes em situações críticas, sem a necessidade de instaurar um novo processo licitatório a cada evento. A centralização dos preços também proporciona economia de escala e padronização dos materiais adquiridos, promovendo maior eficiência e controle na execução dos serviços.

2.17.4 Portanto, o Sistema de Registro de Preços atende plenamente aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, sendo a modalidade mais apropriada para atender às necessidades do DSEI Vale do Javari no contexto da saúde indígena.

2.17.5 Por essas razões, existe a necessidade de que o processo seja realizado por meio do Sistema de Registro de Preços, mantendo-se o preço registrado para que a unidade possa efetuar sua contratação, de acordo com a demanda, aplicando-se justamente o fim a que se destina esse sistema, ou seja, atender eventuais contratações, as quais não são passíveis de mensurar pontualmente no momento, embora se saiba, de pronto, que a contratação será necessária em espaço de tempo, que abrange a vigência da ata, que será de 12 (doze) meses, podendo ampliar o número de contratados até o limite do registrado, tornando mais eficiente, eficaz e econômico o procedimento.

2.17.6 Além disso, o Sistema de Registro de Preços permite a participação de outros órgãos públicos, o que favorece ao desconto em escala, alcançando valores mais vantajosos para a Administração Pública.

2.17.7 Consta do art. 3º do Decreto n.º 11.462/2023: Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.17.8 Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e
- II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado. (Grifo nosso)

2.19.9 Dessa forma, tal situação justamente se amolda nas hipóteses previstas do art. 3º, I, V, e Parágrafo Único, I e II, do Decreto n.º 11.462/2023, a adoção do Sistema de Registro de Preços, frente às seguintes situações:

- a) Ocorrem manutenções e obras frequentes por meio de mão de obra própria do Distrito (art. 3º, I, do Dec. 11.462/2023);
- b) Não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração, bem como as questões quanto ao armazenamentos dos insumos e validades, decorrendo a necessidade de entregas sob demanda (art. 3º, V, do Dec. 11.462/2023); e,

c) .por tratar-se de materiais para execução de obras e serviços de engenharia, contendo projeto executivo e que os serviços são executados de forma frequente, portanto, além da obra principal, os bens poderão ser utilizados nas demais atividades a serem executadas pelo SESANI (art. 3º, § Único, I e II, do Dec. 11.462/2023).

2.17.9 Dessa forma, considerando as emergências ocasionadas pela seca severa e outras manutenções importantes, os materiais a serem adquiridos por este Distrito também poderão ser utilizados, caso haja disponibilidade do item, sem prejuízo à obra principal. Foi prevista ainda a possibilidade de assinatura de contrato e, caso necessário, poderá se proceder com posterior acréscimo de 25% dos itens, caso necessário,

2.17.10. Nos termos do §1º, do art. 82, da Lei 14.133/2021, o critério de julgamento que mais adequa a contratação, visando ampla concorrência e a obtenção de preços mais vantajosos é o menor preço por item.

2.17.11 Isto posto, a contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, por item, utilizando-se do Sistema de Registro de Preço, com possibilidade de assinatura de contrato.

2.18 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP

2.18.1 Consta do art. 4º da Lei 14.133/2021: Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

2.18.2 Já o art. 48, I, a Lei Complementar 123/2006, firma que deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2.18.3 Assim, considerando que a licitação é por item e que nenhum dos valores ultrapassa o custo de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), o procedimento licitatório será exclusivo para microempresa e empresas de pequeno porte.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviços de Contratação de Serviços Logísticos	Aldezino da Assunção Rodrigues

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 6º, XIII, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 4.2. A proposta de preço deverá conter obrigatoriamente a descrição dos itens cotados, indicando a marca, modelo e/ou fabricante do material ofertado, garantia, bem como todas as especificações mínimas exigidas.
- 4.3. O critério de julgamento das propostas deverá ser o de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme contido no Item deste estudo.
- 4.4. O Prazo de garantia dos bens é de, no mínimo, 12 (doze) meses a contar do recebimento e nos termos do Código de Defesa do Consumidor, bem como a garantia inerente a vícios redibitórios.
- 4.5. Não será exigida a garantia da contratação, considerando que só haverá pagamento mediante fornecimento em conformidade por parte do contratado, bem como não haverá qualquer antecipação de pagamento.
- 4.6. O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho, ordem de fornecimento ou por outros instrumento hábil.
- 4.7. A configuração que mais se adequa ao objeto é a forma eletrônica, disputa modo aberto, do tipo menor preço por item.

4.8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.8.1. Visando a efetiva aplicação de critérios e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, o DSEI VAJ, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.8.1.1. Ao considerar a aquisição de embarcações com motores de popa, canoas, motores rabeta de 13 e 15 HP, e levando em conta as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, bem como os requisitos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) para certificação de produtos sustentáveis e de menor impacto ambiental, é essencial adotar uma série de critérios de sustentabilidade. Estes critérios envolvem tanto a escolha dos materiais quanto a operação e descarte das embarcações e motores. Além disso, é fundamental garantir que os bens adquiridos atendam aos requisitos de segurança ambiental exigidos pelas normativas, como a não utilização de substâncias perigosas.

4.8.1.2. Primeiramente, as embarcações e motores de popa devem ser certificados conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, que estabelecem requisitos ambientais para produtos de baixo impacto ambiental. Estes critérios visam assegurar que o produto tenha um ciclo de vida com menores danos ao meio ambiente, desde a produção até o descarte. A certificação INMETRO de produtos sustentáveis implica que as embarcações e motores devem atender a padrões rigorosos de eficiência energética, redução de emissões e uso responsável dos recursos naturais. Isso pode incluir o desenvolvimento de tecnologias mais limpas, como motores com menores índices de emissão de CO₂ e outros poluentes.

4.8.1.3. Além disso, deve-se garantir que os bens adquiridos não contenham substâncias perigosas em concentrações superiores às permitidas pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), que regula o uso de substâncias como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenilpolibromados (PBDEs). Estes compostos são altamente tóxicos e prejudiciais tanto ao meio ambiente quanto à saúde humana, e sua presença nos produtos deve ser minimizada ou eliminada completamente, conforme as diretrizes estabelecidas.

4.8.1.4. Além das especificações relativas a substâncias perigosas, é crucial que as embarcações e motores sejam projetados para garantir a eficiência no consumo de combustível, o que reduzirá a emissão de gases poluentes, como CO₂ e outros gases de efeito estufa. Motores de 4 tempos, por exemplo, são mais eficientes em termos de consumo de combustível e apresentam menores níveis de poluição quando comparados aos de 2 tempos, o que pode ser uma alternativa interessante para atender aos critérios de sustentabilidade. Além disso, a preferência por motores que utilizem combustíveis menos poluentes, como biodiesel ou etanol, também contribui para um impacto ambiental reduzido.

4.8.1.5. A construção das embarcações e motores deve ser realizada com materiais que possam ser reciclados ao final de sua vida útil. Isso inclui o uso de materiais como plásticos recicláveis, madeira de reflorestamento e ligas metálicas que permitam a reutilização ou reciclagem. Isso ajuda a minimizar a geração de resíduos e a demanda por novos recursos naturais.

4.8.1.6. É importante também adotar práticas operacionais que minimizem o impacto ambiental durante a navegação. Isso inclui treinamentos para operadores das embarcações, promovendo a condução eficiente dos motores para reduzir o

consumo de combustível e a emissão de poluentes. Além disso, deve-se garantir que as embarcações operem de forma a não prejudicar os ecossistemas aquáticos, evitando áreas de preservação e respeitando as normas ambientais locais.

4.8.1.7. A manutenção preventiva e o monitoramento contínuo das embarcações e motores também são essenciais para garantir que continuem operando de forma eficiente e sustentável ao longo de sua vida útil. Além disso, práticas como o descarte correto de resíduos, como óleos e lubrificantes, e a utilização de sistemas de controle de poluição nas embarcações, são fundamentais para reduzir impactos ambientais.

4.8.1.8. Em resumo, os critérios de sustentabilidade na aquisição de embarcações com motores de popa, canoas e motores rabeta de 13 e 15 HP devem incluir a conformidade com as normas ambientais, como as ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, e a certificação do INMETRO como produtos sustentáveis. Além disso, é essencial que esses produtos não contenham substâncias perigosas em concentrações acima das permitidas pela diretiva RoHS e que sejam fabricados com materiais recicláveis e de baixo impacto ambiental, promovendo a eficiência energética e minimizando a poluição.

4.9 Responsabilidade Social

4.9.1 A responsabilidade social envolve a consideração dos impactos das decisões de compra e operação das embarcações sobre as pessoas e as comunidades. Ao adquirir produtos que atendem a padrões ambientais e sociais, as empresas e entidades que operam embarcações contribuem para o bem-estar das comunidades locais. Um aspecto importante da responsabilidade social é a promoção de condições de trabalho justas e seguras para os trabalhadores envolvidos na produção e manutenção das embarcações e motores, assegurando que os direitos dos funcionários sejam respeitados em todas as etapas da cadeia produtiva.

4.9.2 Outro ponto crucial é o respeito aos direitos das comunidades locais, especialmente em regiões costeiras ou ribeirinhas, onde a atividade náutica pode impactar diretamente a vida de populações que dependem dos recursos naturais para sua subsistência. No contexto da aquisição de embarcações, é essencial que as empresas respeitem as normas culturais e sociais locais e ajudem a promover a inclusão social, apoiando iniciativas que gerem empregos locais, como a capacitação de operadores e trabalhadores para as funções de manutenção e operação das embarcações.

4.9.3 Além disso, a preservação e o apoio ao ecossistema local são vitais para garantir que as comunidades possam continuar a depender desses ecossistemas para suas atividades pesqueiras ou de turismo. A operação responsável das embarcações, evitando a degradação ambiental, é uma forma de contribuir positivamente para o ambiente social, garantindo que as futuras gerações possam desfrutar dos mesmos recursos naturais.

4.10 Responsabilidade Econômica:

4.10.1 A responsabilidade econômica foca na sustentabilidade financeira e no desenvolvimento local, assegurando que a aquisição e operação das embarcações e motores proporcionem benefícios econômicos para as partes envolvidas, sem comprometer o futuro. Adotar práticas sustentáveis pode resultar em redução de custos operacionais ao longo do tempo, especialmente se forem escolhidas embarcações mais eficientes no consumo de combustível e com menores custos de manutenção. Além disso, o uso de tecnologias mais limpas e econômicas pode atrair incentivos fiscais ou subsídios de programas de sustentabilidade, o que pode beneficiar ainda mais a viabilidade econômica do empreendimento.

4.10.2 A valorização da economia local também desempenha um papel crucial na responsabilidade econômica. Optar por adquirir embarcações e motores fabricados localmente, ou por empresas que investem em boas práticas ambientais e sociais, estimula o crescimento da economia regional e cria empregos sustentáveis. Isso gera um ciclo virtuoso de desenvolvimento, onde as comunidades locais se beneficiam diretamente das práticas comerciais responsáveis, e o setor náutico contribui para o crescimento econômico sem comprometer os recursos naturais.

4.10.3 Ademais, a adoção de embarcações e motores sustentáveis pode abrir portas para o turismo sustentável e outras atividades econômicas que dependem da saúde dos ecossistemas aquáticos, como a pesca sustentável ou o turismo ecológico. Ao adotar práticas de operação que respeitam o meio ambiente e promovem a sustentabilidade, as empresas contribuem para a preservação dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, criam novas oportunidades econômicas para as comunidades locais.

4.10.4 Dessa forma, a responsabilidade social e econômica estão interligadas, com a adoção de práticas sustentáveis que não só minimizam os impactos ambientais, mas também promovem o desenvolvimento social e econômico das comunidades envolvidas. Essa abordagem integrada contribui para o bem-estar coletivo e garante que as decisões de compra e operação das embarcações beneficiem tanto as pessoas quanto o meio ambiente de forma equilibrada e duradoura.

4.11 Indicação de Marcas ou Modelos:

4.11.1 No contexto da região do Vale do Javari, a escolha de marcas e modelos de motores de popa e estacionários é um fator crucial para garantir a durabilidade, o desempenho e a eficiência das embarcações, especialmente considerando as condições específicas da região, como a densidade da água e as exigências operacionais. Entre as marcas mais indicadas para este tipo de uso, destacam-se a Yamaha e a Branco, que se sobressaem em relação a outras opções disponíveis no mercado.

4.11.2 Essas marcas têm se mostrado as mais adequadas para a região devido ao seu desempenho superior em águas densas, como as encontradas no Vale do Javari. A densidade da água nessa área pode influenciar diretamente o desempenho dos motores, com algumas marcas apresentando desgastes mais rápidos e falhas prematuras devido ao aquecimento excessivo do

motor e à corrosão das peças. Esses problemas são comuns em marcas de menor resistência, que não são projetadas para suportar as condições desafiadoras dessa região ao longo do tempo.

4.11.3 Por outro lado, os motores da Yamaha e a Branco são conhecidos pela maior resistência ao desgaste e pelo desempenho estável mesmo após longos períodos de uso em águas densas. Eles oferecem uma melhor proteção contra corrosão, graças ao uso de materiais e tecnologias de fabricação mais avançadas, que garantem uma vida útil mais longa, com menos necessidade de manutenção e reparos. Isso faz com que essas marcas sejam a preferência predominante de associações de taxistas fluviais na região, que dependem de motores de alto desempenho para realizar suas atividades diárias com segurança e eficiência.

4.11.4 Essas características tornam a Yamaha e a Branco as opções mais confiáveis e econômicas a longo prazo para quem opera na região do Vale do Javari. Seus motores, devido ao design robusto e à tecnologia empregada, apresentam um menor índice de falhas, o que significa menos interrupções no serviço e maior confiabilidade, além de garantir uma operação mais tranquila, mesmo em condições adversas.

4.11.5 Portanto, para quem busca uma solução durável e eficiente para operar nas águas densas do Vale do Javari, as marcas Yamaha e a Branco são as mais indicadas, oferecendo não apenas um excelente desempenho, mas também maior resistência ao desgaste, ao aquecimento e à corrosão, aspectos fundamentais para garantir o bom funcionamento dos motores no longo prazo.

4.11.6 Considerando as especificações estabelecidas nos itens 1 e 2 do processo licitatório referente à aquisição de embarcação e motores, justifica-se a escolha do motor das marcas Yamaha e a Branco para equipar as embarcações, em razão de sua comprovada eficiência e confiabilidade, especialmente nas condições específicas da região do Vale do Javari.

4.11.7 As marcas Yamaha e a Branco são amplamente reconhecidas por seu desempenho superior em ambientes de uso intenso, como é o caso das operações fluviais na referida região, onde os motores são constantemente submetidos a longas jornadas, águas com variações de profundidade, forte correnteza e alta carga de transporte. Nessas circunstâncias, motores de menor robustez tendem a apresentar falhas mecânicas com maior frequência, o que compromete a continuidade e a eficácia das atividades institucionais.

4.11.8 Além disso, a Yamaha e a Branco se destacam no mercado local por oferecer a melhor rede de assistência técnica e disponibilidade de peças, o que é crucial para garantir manutenção preventiva e corretiva sem longas interrupções. Sua adaptação ao tipo de combustível disponível e à qualidade da água navegável também contribui para um desempenho mais duradouro e seguro.

4.11.9 Portanto, a escolha dos motores Yamaha e a Branco representa não apenas o cumprimento dos critérios técnicos estabelecidos, mas também a adoção da alternativa mais adequada às exigências operacionais do órgão, promovendo maior eficiência, durabilidade e economia a longo prazo.

4.12 Da vedação de contratação de marca ou produto

4.12.1. Não haverá vedações de marcas, características ou modelos e carta de solidariedade, diante da ausência de processos administrativos que evidenciem a inadequação de produtos anteriormente adquiridos pela Administração, não há embasamento para vedar a contratação de marca ou produto conforme o inciso III do artigo 41 da Lei 14.133/2021.

4.12.2 Da mesma forma, a não solicitação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, nos casos de licitantes revendedores ou distribuidores, é justificada pela falta de motivos que demandem tal garantia adicional para a execução do contrato, conforme o inciso IV. Em ambos os casos, a ausência de evidências que justifiquem tais medidas adicionais reflete a inexistência de necessidade prática para sua aplicação.

4.13 Da Garantia da Contratação e Assistência Técnica

4.13.1. Para todos os itens o período de garantia dos materiais, objeto desta contratação, será de 01 (um) ano, contra eventuais defeitos de fabricação, a contar da data de recebimento pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari;

4.13.2. Para todos os bens duráveis (assim, considerados permanentes: motor rabeta ou de popa,) incluídos na embarcação, deverão ter garantia de 6 (seis) meses do fornecedor, ou de 01 (um) ano do fabricante;

4.13.3. Caso a garantia do fabricante seja superior ao estipulado acima, fica estabelecido como prazo de garantia o mencionado pelo fabricante.

4.13.3 Prevalendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior. Em casos de defeito de fabrica e se o material estiver dentro do prazo de garantia, o fornecedor será acionado para a troca do material sem quaisquer custos para a Contratante;

4.13.4. A Licitante deverá apresentar certificado de garantia, de no mínimo 12 (doze) meses com assistência técnica durante o período de garantia, com prazo de atendimento ao chamado de até 24 (vinte e quatro horas, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecido pelo fabricante). Os fornecedores dos equipamentos deverão descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante e todo o suporte necessário à solução de problemas e intermediação com o fabricante e distribuidor para solução rápida de alguma dificuldade.

4.13.5 O serviço de assistência técnica deverá ser prestado, preferencialmente, na Região em que se encontra instalado os bens permanentes, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter o objeto em perfeitas condições de uso, sendo todas as despesas relativas à garantia, por conta da fornecedora. Quando não for possível oferecer assistência técnica nos termos acima, a empresa fornecedora deverá arcar com os custos de transporte do objeto.

4.13.6 Obrigatoriamente os produtos a serem ofertados deverão ser de 1ª qualidade;

4.13.7 Os materiais deverão conter garantia contra possíveis defeitos de fabricação;

4.13.8 No caso de apresentarem defeitos e, conseqüentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

4.13.9 O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada;

4.13.10. Quando da entrega do objeto por parte da licitante, for detectado que o mesmo não apresenta características e especificações conforme exigidos no edital e/ou não apresente 1ª qualidade, a licitante deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para a Administração Pública.

4.13.11. Durante o prazo de garantia deverá ser providenciada a troca dos produtos que apresentarem defeitos técnicos de fabricação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do comunicado à empresa responsável pelo fornecimento.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Levantamento de Mercado:

5.1.1 Segundo o inciso III do artigo 9º da IN SEGES 58/2022, a Administração deve realizar um levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções. Assim, a área técnica responsável pelo planejamento deve elaborar /analisar critérios que identifiquem possíveis soluções de mercado que atendam aos requisitos especificados.

5.2. Solução 1 – Processo Emergencial:

5.2.1 Referente à Solução 1, inicialmente, cogitou-se a instrução de contratação emergencial para o fornecimento de embarcações e motores, considerando a urgência no atendimento às populações ribeirinhas e indígenas em áreas remotas do Vale do Javari.

5.2.2 Entretanto, conforme interpretação do TCU (Acórdão nº 943/2011 – Plenário), a contratação emergencial deve restringir-se apenas à parcela mínima necessária para afastar a concretização do dano, devendo a solução definitiva ser objeto de licitação formal. Além disso, conforme jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 1.667/2008 e nº 1.138/2011 – Plenário), a emergência real é aquela resultante do imprevisível. Caso a necessidade seja previsível, como é o caso das ações permanentes de saúde em comunidades de difícil acesso, tal contratação se insere na esfera do planejamento regular da Administração.

5.2.3 Dessa forma, entende-se que a adoção da Solução 1 pode ser considerada inviável, sob pena de configurar fracionamento de despesa e emergência fabricada, uma vez que a necessidade de deslocamento por embarcação já é realidade histórica e previsível na região do Vale do Javari

5.3. Solução 2 – Processo Licitatório para Aquisição de Embarcações e Motores:

5.3.1 Diante da inviabilidade da contratação emergencial, avaliou-se a adoção do processo licitatório convencional, por meio de Pregão Eletrônico, para aquisição definitiva de barcos e motores.

5.3.2 Conforme o §2º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021, os prazos mínimos licitatórios podem ser reduzidos à metade nas licitações realizadas pelo Ministério da Saúde, no âmbito do SUS, o que é aplicável ao presente caso por se tratar de ação no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS).

5.3.3 Considerando a urgência e a vulnerabilidade da população beneficiária, sugere-se à Área de Licitações que o procedimento seja realizado com base no §2º do art. 55 da Lei 14.133/2021, promovendo a redução dos prazos pela metade, sem prejuízo à competitividade. Tal medida traria agilidade à aquisição de equipamentos essenciais para o deslocamento e atendimento das comunidades indígenas.

5.4. Solução 3 – Contratação de Empresa para Locação de Barcos e Motores:

5.4.1. A locação de embarcações e motores foi analisada como alternativa, especialmente para atender ações pontuais de saúde. No entanto, após levantamento junto ao mercado regional, constatou-se a inexistência de empresas com estrutura, equipamentos e logística aptos para atuação no Vale do Javari, região de difícil acesso onde o transporte é exclusivamente fluvial, com longas distâncias e ausência de infraestrutura comercial.

5.4.2. Além disso, não há histórico de empresas com experiência logística adequada e familiarizadas com as diretrizes e exigências do atendimento em território indígena, conforme orientação da SESAI e da FUNAI. Diante disso, considera-se inviável a adoção da Solução 3, tanto por indisponibilidade no mercado quanto pelos riscos operacionais e logísticos envolvidos.

5.5. Solução 4 – Parcerias com ONGs ou Instituições para Disponibilização dos Equipamentos:

5.5.1. Por fim, analisou-se a possibilidade de firmar termos de cooperação técnica ou parcerias com ONGs, associações indígenas ou instituições federais, como a SESAI e a FUNAI, para viabilizar a cessão ou uso compartilhado de barcos e motores.

5.5.2. Essa solução, embora financeiramente vantajosa, depende da articulação política e institucional com os parceiros envolvidos, e da disponibilidade dos equipamentos por parte dessas instituições. Além disso, pode não atender plenamente à regularidade e à autonomia operacional necessárias para a execução das atividades de saúde de forma contínua.

5.5.3. Por se tratar de uma alternativa de médio prazo, requer planejamento e formalização de instrumentos jurídicos adequados (como termos de fomento, convênios ou cooperação técnica).

5.6. Conclusão da Análise

5.6.1 Após análise das alternativas, concluiu-se pela viabilidade da adoção da Solução 2 como medida definitiva e regular, por meio de processo licitatório, considerando inclusive a possibilidade de redução de prazos prevista no art. 55, §2º da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2 As Soluções 1 (emergencial) e 3 (locação) foram descartadas por não atenderem aos critérios legais e à realidade logística da região. A Solução 4 (parceria institucional) poderá ser considerada de forma complementar e estratégica, desde que haja disponibilidade de equipamentos e interesse das instituições parceiras.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Efetuar a entrega do objeto (embarcações e motores) em perfeitas condições de uso, conforme as especificações técnicas, prazos e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal. Esta deverá conter: identificação do fabricante, número de série, data de fabricação, manual de operação e garantia do fabricante, quando aplicável.

6.2. O prazo de entrega será de até 60 (ses) dias corridos, podendo ser prorrogados por igual período (mediante justificativa plausível da empresa, enviados com antecedência mínima de dez dias), contados a partir do recebimento do empenho, com entrega sob demanda, quando deverão ser observadas as condições de entrega pactuadas.

6.3. A entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari – Rua Raimundo Gimaque do Nascimento, s/n, Centro, Atalaia do Norte/AM, CEP: 69.650-000, no horário das 7:30h às 12h e das 14h às 17h30, de segunda a sexta-feira.

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, por responsável técnico designado, para conferência e verificação da conformidade com o Termo de Referência e demais documentos da licitação.

6.5. Os itens que não estiverem em conformidade com as especificações poderão ser rejeitados, devendo ser substituídos no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

- 6.6. O recebimento definitivo dos bens será formalizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante análise da qualidade e quantidade dos materiais, sendo lavrado termo de recebimento definitivo.
- 6.7. Caso a verificação definitiva não seja realizada no prazo estipulado, considerar-se-á como concluída no último dia do prazo, conforme previsto em norma.
- 6.8. O recebimento dos bens, provisório ou definitivo, não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais quanto a vícios ocultos ou prejuízos decorrentes da má qualidade ou fornecimento inadequado.
- 6.9. A presente aquisição será realizada por meio de Pregão Eletrônico, na forma de Registro de Preços, modalidade menor preço por item, conforme legislação vigente. o modo de disputa adotado será o sistema aberto/fechado, pois trata-se de uma aquisição. A adoção desse modelo visa garantir a economicidade, a transparência e a competitividade, mesmo diante das dificuldades logísticas da região.
- 6.10. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste estudo, seus anexos e sua proposta, assumindo de forma exclusiva seus riscos e as despesas decorrente da boa e perfeita execução do objeto, responsabilizando-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto e, ainda:
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: fabricante, lote, data de fabricação e data de validade se houver;

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas:

- 7.1. Os quantitativos e especificações detalhadas dos itens a serem adquiridos foram firmados com base no levantamento técnico da necessidade de transporte fluvial, considerando a extensão geográfica do território indígena, a dificuldade de acesso às comunidades e a cobertura operacional necessária para a prestação dos serviços de saúde nas áreas de abrangência do DSEI Vale do Javari.
- 7.2. Os documentos técnicos que subsidiaram a estimativa das quantidades constam das Notas Técnicas emitidas pela Área de Logística e Coordenação Técnica do DSEI/VAJ, bem como nas planilhas de dimensionamento da frota necessária para suporte às ações de saúde em regiões de acesso exclusivamente fluvial, contemplando embarcações de pequeno e médio porte, motores de popa compatíveis, e kits de segurança obrigatórios.
- 7.3. O estudo quanto às quantidades estimadas consta do Memorial de Cálculo anexo ao processo, o qual apresenta a análise técnica do quantitativo ideal para garantir a efetividade e continuidade das ações de saúde indígena, respeitando as características logísticas, operacionais e geográficas do Vale do Javari.

MEMÓRIAL DE CÁLCULO					
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	JUSTIFICATIVA
	Embarcação tipo lancha - Toda fabricada em alumínio naval, soldada pelo processo MG. Descrição 8,0m de comprimento x 1,90m de largura x 0,75m de pontal (0,62 m de costado) +/- 5%. Chapa de fundo 3mm; Chapa de costado 3mm; capota de alumínio 2mm, para-brisas e janelas de correr em vidro ou policarbonato, porta de emergência de popa, porta de correr de proa; estrado anti-derrapante; espelho de popa 20"; popa lavada; flaps e proteção do motor, tanque 220 litros comboia e marcador; 01				

1	<p>banco piloto acolchoado com encosto; bancos para 12 passageiros, acolchoados e com encosto; guarda mancebo de proa; teto com forro e isolamento térmico; Acessórios: bandeira do Brasil; memorial descritivo do engenheiro; motor 200HP 4tempos, com 02 relógios digitais de monitoramento, filtro separador de água/gasolina, hélice de aço, manete e seus cabos; kit de direção completo com volante, abastecimento de gasolina interno; rádio VHF, antena e seu suporte; buzina e seu interruptor; 04defensas de proteção; 01 boia circular com cabo retinido e seus suportes; 12 coletes salva-vidas tamanho G e 01 tamanho P, homologados pela Capitania dos Portos; 20m de cabo de atracação; 01 extintor de 01kg e seu suporte; pintura na cor branca, adesivos com logos do órgão e nome do barco; luzes de BB/BE; luz de mastro; holofote com controle remoto; painel de fusíveis com interruptores; bomba de porão de 1200GPH com automático; 01 bateria de 90amp, seus terminais e suporte; 04 luminárias tipo LED instaladas no teto; 01 armário para medicamentos; 01 sinalizador óptico/acústico, formato arco ou similar; 01 sinalizador acústico de100W, mínimo de 04 tons; Pintura e adesivagem padronizado pelo DSEI VAJ. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Motor 4 tempos. Marca Yamaha ou equivalente</p>	486705	UND	4	<p>As Embarcações ficarão à disposição na sede do DSEI Vale do Javari, sendo utilizada prioritariamente para remoções de urgência e emergência, transporte de equipes em situações críticas e apoio às demandas estratégicas da gestão distrital, garantindo maior agilidade, segurança e eficiência na assistência à saúde das populações indígenas atendidas.</p>
2	<p>Descrição da canoa de alumínio: canoa de 07 m de comprimento por 1,40m de largura com capota removível de napa na cor verde, capacidade para 07 passageiros + 1 piloto, chapa fundo 3mm, laterais 2.50mm altura da popa 15 polegadas, estrado de alumínio emborrachado de 1,5mm. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: As canoas deverão ser entregues pintadas, na cor branca com detalhes verdes, e identificadas com adesivos ou pintura nas laterais frontais da embarcação, contendo: "SESAI /MS", "GOVERNO FEDERAL", "PODER EXECUTIVO" USO</p>	225888	UND	20	

	EXCLUSIVO EM SERVIÇO, conforme modelo a ser apresentado no Termo de Referência.				
3	<p>ESPECIFICAÇÃO DO MOTOR DE POPA 15 HP Altura da rabeta: 15 polegadas Peso (Kg): 36 Kg Nº de cilindros: 2 , Capacidade volumétrica: 246 Potência (Kw/Hp): 11.0 /15 Faixa máxima de rotação (rpm): 4500/5500 Taxa de compressão: 6.8 Sistema de indução de combustível: Carburado Ignição: CDI Sistema de operação: Manche Lubrificação: Pré-mistura Sistema de Partida: Manual Sistema de inclinação: Manual Navegação em águas de pouca profundidade: STD Alternador: 6A Retificador com regulagem de voltagem ND Proteção partida engatada STD Hélice: Alumínio Tanque de gasolina (1): 24L Garantia do motor: 5 anos para uso recreativo. Obrigatório a primeira revisão com 20 horas ou 3 meses para ativação da garantia. Mão de obra gratuita na rede autorizada. Consumo médio de 5 a 7 Lts/hora, dependendo do barco e da carga. COM RABADA. MARCA BRANCO OU EQUIVALENTE</p>	325110	UND	20	<p>Para atender de forma satisfatória os polos base: Alto Curuçá (microáreas: Jaburu e Morada Nova), Alto Ituí (microáreas: KAPIWANAWAY, Liberdade, Mancio Lima e Pentiaquinho), Itacoai (microáreas: Cajueiro e Terra Nova), Jaquirana (microáreas: Aldeia 31, Cruzeirinho, Canan Macubo e São Meireles), Médio Curuçá (microáreas: Bucuac, Terrinha e Txonawaia), Médio Ituí (microáreas: São Joaquim, Vuku Mae) e Médio Javari (microáreas: Flores, Fruta Pão e Pedro Lopes). Respectivamente cada microárea receberá um motor 13 e 15HP e um bote.</p>
4	<p>ESPECIFICAÇÃO DO MOTOR 13 HP. Motor Popa; Tipo: Rabeta Potência: 13 HP Características Adicionais: Sistema De Partida Manual, Sistema Direção Tipo Manete, Quantidade Cilindro: 2 UN Capacidade Tanque: 6,1 L. Modelo: QHBR, 4 Tempos/OHV /Monocilindrico, Carburador: Bóia, cilindrada: 389cm³, capacidade do óleo do cárter: 1,1 L, consumo de combustível: 3,7 l/h, filtro de ar: Duplo, potencia liquida/rotação: 11,1cv/3.600rpm. MARCA BRANCO OU EQUIVALENTE</p>	378758	UND	20	

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.569.314,00

8.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.569.314,00 (Um milhão quinhentos e sessenta e nove mil trezentos e quatorze reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Embarcação tipo lancha - Toda fabricada em alumínio naval, soldada pelo processo MG. Descrição 8,0m de comprimento x 1,90m de largura x 0,75m de pontal (0,62m de costado) +/- 5%. Chapa de fundo 3mm; Chapa decostado 3mm; capota de alumínio 2mm, para-brisas e janelas de correr em vidro ou policarbonato, porta de emergência de popa, porta de correr de proa; estrado anti-derrapante; espelho de popa 20"; popa lavada; flaps e proteção do motor, tanque 220 litros comboia e marcador; 01 banco piloto acolchoado com encosto; bancos para 12 passageiros, acolchoados e com encosto; guarda mancebode proa; teto com forro e isolamento térmico; Acessórios: bandeira do Brasil; memorial descritivo do engenheiro; motor 200HP 4tempos, com 02 relógios digitais de monitoramento, filtro separador de água/gasolina, hélice de aço, manete e seus cabos; kit dedireção completo com volante, abastecimento de gasolina interno; rádio VHF, antena e seu suporte; buzina e seu interruptor; 04defensas de proteção; 01 boia circular com cabo retinido e seus suportes; 12 coletes salva-vidas tamanho G e 01 tamanho P, homologados pela Capitania dos Portos; 20m de cabo de atracação; 01 extintor de 01kg e seu suporte; pintura na cor branca, adesivos com logos do órgão e nome do barco; luzes de BB/BE; luz de mastro; holofote com controle remoto; painel de fusíveis com	486705	UND	4	R\$ 267.500,00	R\$ 1.070.000,00

	interruptores; bomba de porão de 1200GPH com automático; 01 bateria de 90amp, seus terminais e suporte; 04 luminárias tipo LED instaladas no teto; 01 armário para medicamentos; 01 sinalizador óptico/acústico, formato arco ou similar; 01 sinalizador acústico de 100W, mínimo de 04 tons; Pintura e adesivagem padronizado pelo DSEI VAJ. Garantia mínima: 12 (doze) meses. Motor 4 tempos. Marca Suzuki ou equivalente					
2	<p>Descrição da canoa de alumínio: canoa de 07 m de comprimento por 1,40m de largura com capota removível de napa na cor verde, capacidade para 07 passageiros + 1 piloto, chapa fundo 3mm, laterais 2.50mm altura da popa 15 polegadas, estrado de alumínio emborrachado de 1,5mm.</p> <p>INFORMAÇÕES ADICIONAIS: As canoas deverão ser entregues pintadas, na cor branca com detalhes verdes, e identificadas com adesivos ou pintura nas laterais frontais da embarcação, contendo: "SESAI/MS", "GOVERNO FEDERAL", "PODER EXECUTIVO" USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO, conforme modelo a ser apresentado no Termo de Referência.</p>	225888	UND	20	R\$ 10.870,20	R\$ 217.404,00
3	<p>ESPECIFICAÇÃO DO MOTOR DE POPA 15 HP Altura da rabeta: 15 polegadas Peso (Kg): 36 Kg Nº de cilindros: 2 , Capacidade volumétrica: 246 Potência (Kw/Hp): 11.0 /15 Faixa máxima de rotação (rpm): 4500/5500 Taxa de compressão: 6.8 Sistema de indução de combustível: Carburado Ignição: CDI Sistema de operação: Manche Lubrificação: Pré-mistura Sistema de Partida: Manual Sistema de inclinação: Manual Navegação em águas de pouca profundidade: STD Alternador: 6A Retificador com regulação de voltagem ND Proteção partida engatada STD Hélice: Alumínio Tanque de gasolina (1): 24L Garantia do motor: 5 anos para uso recreativo. Obrigatório a primeira revisão com 20 horas ou 3 meses para ativação da garantia. Mão de obra gratuita</p>	325110	UND	20	R\$ 9.875,50	R\$ 197.510,00

	na rede autorizada. Consumo médio de 5 a 7 Lts/hora, dependendo do barco e da carga. COM RABADA. MARCA BRANCO OU EQUIVALENTE					
4	ESPECIFICAÇÃO DO MOTOR 13 HP. Motor Popa; Tipo: Rabeta Potência: 13 HP Características Adicionais: Sistema De Partida Manual, Sistema Direção Tipo Manete, Quantidade Cilindro: 2 UN Capacidade Tanque: 6,1 L. Modelo: QHBR, 4 Tempos/OHV /Monocilindrico, Carburador: Bóia, cilindrada: 389cm³, capacidade do óleo do cárter: 1,1 L, consumo de combustível: 3,7 l/h, filtro de ar: Duplo, potencia liquida/rotação:11,1cv /3.600rpm. MARCA BRANCO OU EQUIVALENTE	378758	UND	20	R\$ 4.220,00	R\$ 84.400,00
Valor Total Estimado						R\$ 1.569.314,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. Justificativa para o Parcelamento ou Não da Solução:

9.1. A análise quanto ao parcelamento do objeto deve observar o cumprimento adequado do disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Os editais das licitações cujo objeto seja divisível devem, sempre que possível, permitir o parcelamento, desde que isso não traga prejuízos à administração pública e viabilize a ampla participação de licitantes, ampliando a competitividade e promovendo maior economicidade.

9.3. No presente caso, trata-se de aquisição de barcos e motores, cuja natureza é tecnicamente divisível, uma vez que se referem a itens distintos que podem ser fornecidos separadamente, sem comprometer a funcionalidade final do objeto.

9.4. O parcelamento da contratação é justificável, pois:

- **Aumento da Concorrência:** Permite que fornecedores especializados apenas em barcos ou apenas em motores participem da licitação, ampliando o leque de proponentes e, conseqüentemente, promovendo maior concorrência e melhores preços.
- **Especialização Técnica:** Empresas distintas podem oferecer melhores soluções específicas para cada item, o que potencializa a qualidade e eficiência dos produtos adquiridos.
- **Flexibilidade na Contratação:** Possibilita a contratação de fornecedores mais adequados para cada item, conforme critérios técnicos e operacionais específicos.
- **Mitigação de Riscos:** Caso um fornecedor atrase ou falhe na entrega de um item, isso não compromete a entrega dos demais, reduzindo riscos à execução do projeto.
- **Controle Orçamentário e Logístico:** O parcelamento facilita o acompanhamento da execução contratual e da aplicação dos recursos, permitindo gestão segmentada e mais eficiente.

9.5. Não há indícios de que o parcelamento comprometeria a padronização dos equipamentos ou resultaria em prejuízo logístico ou técnico, uma vez que os itens (barcos e motores) não são parte de um sistema único e integrado, podendo ser acoplados sem incompatibilidade, desde que respeitadas as especificações técnicas previstas no Termo de Referência.

9.6. Assim, o parcelamento é a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que promove maior eficiência, melhor atendimento das necessidades locais, e otimização dos recursos públicos.

9.7. Em resumo, adotar o parcelamento da solução representa uma estratégia eficiente para garantir qualidade, economia e agilidade na execução contratual, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na Nova Lei de Licitações.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se registrada no PCA de 2025, sob o Documento de Formalização da Demanda nº 7/2025, demonstrando seu caráter planejado e sua conformidade com os instrumentos de gestão pública exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de barcos e motores visa atender às necessidades logísticas do Distrito Sanitário Especial Indígena do Vale do Javari (DSEI VAJ), promovendo a ampliação da capacidade de deslocamento das equipes de saúde até as comunidades indígenas localizadas em áreas de difícil acesso, cujos trajetos dependem exclusivamente de transporte fluvial.

12.2. A seguir, destacam-se os principais benefícios a serem alcançados com a presente contratação:

12.2.1. **Ampliação do acesso às ações de saúde:** A aquisição permitirá o alcance mais eficiente e regular das comunidades indígenas, contribuindo para o fortalecimento da atenção básica, vigilância em saúde e ações emergenciais.

12.2.2. **Redução de atrasos e interrupções nos atendimentos:** O aumento da frota de embarcações disponíveis reduzirá o tempo de espera por transporte, mitigando atrasos e assegurando a continuidade dos serviços, mesmo durante períodos de maior demanda ou manutenção de embarcações já existentes.

12.2.3. **Autonomia logística:** A aquisição própria de barcos e motores confere maior autonomia ao DSEI VAJ, reduzindo a dependência de embarcações de terceiros ou compartilhadas, e possibilitando maior flexibilidade no planejamento das rotas de atendimento.

12.2.4. **Fortalecimento da capacidade de resposta em situações emergenciais:** Com embarcações disponíveis, será possível responder com maior agilidade a surtos, emergências médicas, ou situações críticas em áreas remotas.

12.2.5. **Melhoria das condições de trabalho das equipes de saúde:** O deslocamento seguro e com equipamentos adequados contribui para a valorização dos profissionais que atuam em campo, bem como para a eficiência de suas ações.

12.2.6. **Conformidade com as diretrizes da PNASPI:** A logística eficiente é parte das ações de apoio previstas na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, sendo essencial para a efetivação das ações finalísticas de saúde.

12.3. Assim, a presente contratação contribui diretamente para o fortalecimento da estrutura logística distrital, refletindo-se na melhoria da qualidade da atenção à saúde indígena, no cumprimento dos indicadores pactuados, e no respeito ao direito constitucional de acesso à saúde por parte das populações indígenas do Vale do Javari.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O DSEI Vale do Javari dispõe de equipe técnica e operacional capacitada para acompanhar o processo de aquisição, recebimento, conferência e distribuição dos barcos e motores, assegurando a correta destinação dos equipamentos conforme o planejamento logístico estabelecido.

13.2. A logística de transporte até os polos-base, será realizada com o suporte da estrutura já existente no Distrito, garantindo eficiência e economicidade.

13.3. Diante do exposto, conclui-se que a presente contratação apresenta viabilidade técnica, operacional e econômica, estando em conformidade com os objetivos institucionais e com os recursos disponíveis.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Deverá ser observada a legislação ambiental vigente em âmbito federal, estadual e municipal, especialmente quanto à geração, armazenamento e destinação de resíduos oriundos do uso e manutenção de embarcações e motores.

14.2. Devem ser seguidas diretrizes específicas de caráter ambiental, tais como:

14.2.1. Qualquer instalação ou equipamento que gere emissão de poluentes na atmosfera, ainda que de forma pontual ou fugitiva, deverá respeitar os limites estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 382/2006 e demais normativas correlatas;

14.2.2. O armazenamento, manuseio e descarte de óleos lubrificantes, combustíveis e resíduos sólidos deverão seguir as recomendações técnicas de segurança ambiental e as normas da ABNT, evitando a contaminação de solos e corpos hídricos;

14.2.3. Sempre que possível, devem ser priorizados fornecedores que adotem práticas sustentáveis, como sistemas de logística reversa, uso de materiais recicláveis e redução de impactos no ciclo de vida dos produtos.

14.3. Os possíveis impactos ambientais relacionados à aquisição e operação de barcos e motores incluem:

- Emissão de gases e poluentes atmosféricos pela queima de combustível;
- Risco de derramamento de óleo ou combustível em ambientes aquáticos;
- Geração de resíduos oriundos da manutenção dos equipamentos.

14.4. Para mitigar esses impactos, recomenda-se a adoção de boas práticas operacionais e ambientais, como abastecimento seguro, armazenamento adequado de insumos e capacitação das equipes quanto à conservação ambiental e uso responsável dos recursos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15 Após a análise dos aspectos técnicos, logísticos, operacionais, econômicos e ambientais, esta equipe de planejamento declara a viabilidade da contratação referente à aquisição de barcos e motores, considerando sua compatibilidade com os objetivos institucionais do DSEI Vale do Javari e sua aderência ao planejamento anual de contratações.

15.1. A presente contratação apresenta viabilidade técnica, orçamentária e legal, sendo considerada essencial para garantir o acesso das equipes de saúde às comunidades indígenas em áreas de difícil acesso, promovendo a continuidade e a qualidade da atenção à saúde indígena.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIAS FERREIRA DO CARMO

Chefe Substituto do Selog Vaj



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 11:32:58.

LIVONEY CASTRO ALMEIDA

Técnico de Suprimentos II/Equipe de Planejamento

WANRLEY GEORGE MONTEIRO RODRIGUES

Técnico de Suprimentos II/Equipe de Planejamento

Apêndice II
MODELO DE PROPOSTA

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP:
Telefone da sua Empresa:
E-mail da sua Empresa:
CNPJ da sua Empresa:
À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

2. Objeto da Licitação

Nosso interesse em participar desta licitação refere-se à prestação de serviços/aquisição de/para [descrever detalhadamente o objeto da licitação, conforme especificações do edital].

3. Preços e Condições de Pagamento

Inserimos abaixo a planilha com os detalhes dos preços e condições de pagamento:

Item	Descrição do Serviço/material	CATSER/CATMAT	UNIDADE	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
3	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
...
Total						R\$ [Total]

Prazo de Execução e Condições de Pagamento conforme estabelecido no instrumento convocatório.

5. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por [inserir prazo] a partir da data de sua apresentação.

6. Contato e Esclarecimentos

Para eventuais esclarecimentos ou negociações, estamos à disposição nos seguintes contatos:

[Responsável pela Proposta]

[Telefone para Contato]

[E-mail para Contato]

[Outros meios de comunicação, se aplicável]

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal] [Cargo do Responsável Legal]
[Nome da sua Empresa]

Apêndice III

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS PARA AQUISIÇÕES E SERVIÇOS S/ MÃO DE OBRA

Nome da sua Empresa

Endereço da sua Empresa c/ CEP

Telefone da sua Empresa

E-mail da sua Empresa

CNPJ da sua Empresa

À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	[Descrição do Item 1]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
2	[Descrição do Item 2]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
3	[Descrição do Item 3]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
...
Subtotal Itens					[Subtotal Itens]
4	Frete/Transporte	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
5	Seguro	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
6	Taxas/Impostos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
7	Outros Custos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
Subtotal Custos Adicionais					[Subtotal Custos Adicionais]
Total Geral					[Total Geral]

Observações:

- **Descrição do Item:** Detalhe aqui cada item que compõe a aquisição ou serviço.
- **Quantidade:** Indique a quantidade de cada item.
- **Unidade de Medida:** Especifique a unidade de medida de cada item (ex: unidade, metro, litro, etc.).
- **Valor Unitário (R\$):** Insira o valor unitário de cada item em reais.
- **Valor Total (R\$):** Este campo é calculado automaticamente multiplicando a quantidade pelo valor unitário.

Resumo dos Custos:

- **Subtotal Itens:** R\$ [Subtotal Itens]
- **Subtotal Custos Adicionais:** R\$ [Subtotal Custos Adicionais]
- **Total Geral:** R\$ [Total Geral]

Condições de Pagamento:

- [Detalhe aqui as condições de pagamento, como forma de parcelamento, datas de vencimento, etc.]

Esta planilha contempla todos os custos relacionados à aquisição de itens ou serviços, incluindo custos adicionais como frete, seguro, taxas e outros. Atenciosamente,

[Nome da sua Empresa]
[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal]
[Cargo do Responsável Legal]

ANEXO IV

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR destina-se ao ajuste escrito anexo aos contratos firmados para a contratação de serviços de saúde indígena.

Objetivo a atingir: Prestação de serviços de saúde indígena em elevados níveis de qualidade.

Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

Sanções: Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada serão estabelecidos e utilizados os Instrumentos de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

2.2. A análise dos resultados destas avaliações poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

2.3. **O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Coordenação-Geral.** O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

2.5. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

2.6. Para consecução destes objetivos deverão ser adotadas as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

MÓDULO ÚNICO – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE INDÍGENA

Item	Descrição do Item	Peso	Pontuação Máxima
1	Ausência de itens necessários	2,5	10
2	Substituição inadequada de itens	2,5	10
3	Condições inadequadas de serviço	2,5	10
4	Uso de equipamentos fora de especificações	2,5	10
5	Não cumprimento de normas de atendimento	2,5	10
6	Atraso no início do serviço (até 30 min)	2,5	10

7	Término antecipado do serviço	2,5	10
8	Descumprimento do tempo regular de atendimento	2,5	10
9	Indisponibilidade do serviço por mais de 30 min	2,5	10
10	Ausência contumaz nas áreas de atuação	2,5	10
11	Distrações prejudiciais ao serviço	2,5	10
12	Tratamento inadequado com os pacientes indígenas	2,5	10

4. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DOS ITENS AVALIADOS

4.1. De acordo com as ocorrências constatadas na execução do contrato e considerando os pesos de cada módulo, a pontuação mensal da contratada será avaliada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação mensal} = 350 - (n^{\circ} \text{ de Ocorrências do MÓDULO ÚNICO} \times 2,5)$$

4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 290 pontos. 4.3. O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

4.4. A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

5. FORMA DE DIMENSIONAMENTO DOS PAGAMENTOS

5.1. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte **Faixa de Tolerância**, correspondente à pontuação obtida:

- 350 A 310 **0%**
- 290 A 309 **1,5%**
- Abaixo de 290 **3%**

$\text{Pagamento} = \text{Valor da NF [R\\$]} - \text{Faixa de Tolerância [\%]}$
--

5.2. Haverá possibilidade de **rescisão contratual** nas seguintes condições:

5.2.1. Desconto de 3% por mais de seis vezes durante a vigência inicial do Contrato ou nos últimos 12 meses, se houver prorrogação;

5.2.2. Pontuação abaixo de 250 pontos;

6. FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

MÓDULO ÚNICO: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE INDÍGENA

Total de ocorrências	Data da Ocorrência	Descrição

DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre o DSEI _____ e a empresa _____, CNPJ n.º _____ e, é parte integrante do contrato ou atas de registro de preços decorrente do Edital Pregão Eletrônico nº _____/20__.

7.2. A assinatura deste instrumento indica que a as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

_____/____, de de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Apêndice V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Por meio deste, eu, **[Nome do Representante Legal]**, portador da Carteira de Identidade nº. **[Número da Carteira de Identidade]** e do CPF nº. **[Número do CPF]**, representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, declaro, em atendimento ao disposto no **Edital n.º ____/20__**, que a nossa empresa possui pleno conhecimento de todas as informações relacionadas à execução dos trabalhos e/ou condições de entrega/fornecimento referentes à licitação mencionada.

Comprometemo-nos a não alegar, em momento posterior, o desconhecimento de fatos que eram evidentes à época da licitação, visando solicitar qualquer alteração no valor do contrato que venha a ser celebrado, caso a nossa empresa seja a vencedora do certame.

Local e data: [Local], [Data]

[Nome da sua Empresa]

[Assinatura do Responsável

Legal da Empresa]

[Nome do Responsável Legal]

[Cargo do Responsável Legal]

DIST. SANIT. ESP. INDIGENA JAVARI

Contrato 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	257026-DIST. SANIT. ESP. INDIGENA JAVARI	ADELSON DA SILVA SALDANHA	19/03/2026 18:33 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25041.000227/2025-66

1. OBJETO

(Processo Administrativo nº 25041.000227/2025-66)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A União, por intermédio do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI/VAJ, localizado na Rua Raimundo Gimaque do Nascimento, nº 770 -Centro, Atalaia do Norte/AM, CEP: 69.650-000 inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.544/0066-20, neste ato representado pelo Coordenador Distrital de Saúde Indígena, o Sr. Adelson da Silva Saldanha, nomeado pela Portaria nº GM/MS nº 480, de 12 de Abril de 2023, publicada no DOU nº 72-A de 14 de Abril de 2023, portador, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a)da matrícula funcional nº 1953092, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], [A2] tendo em vista o que consta no Processo nº 25041.000227/2025-66 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de Embarcação Completa (tipo lancha), Botes e Motores de Popa 13 e 15HP, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A3]
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratacao, independentemente de transcricao:

1.3.1. O Termo de Referencia;

1.3.2. [O Edital da Licitaao] ~~OU~~ [A Autorizaao de Contrataao Direta] ~~OU~~ [O Aviso de Dispensa Eletrnica];

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.34. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.[A1]

~~OU~~

~~2.2. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], [A2] prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A3]).~~

~~2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

~~ou~~

~~2.6. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo - máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A4].~~

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

3.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

3.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

3.16. Cabe ao gestor do contrato:

3.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

~~5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)~~

OU

5.2. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

Prazo de pagamento

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

6.3. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/06/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.[A1]

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **XXXXXX**[A2] ;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A3]

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

~~9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;~~

~~9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;~~

~~9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;~~

~~9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~

~~9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;~~

~~9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~

~~9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~

~~9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;~~

~~9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;~~

9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

~~9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato,[A3]~~

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A1]

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A4]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

~~OU~~

~~11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.~~

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:[A1]

*12.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.*

12.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:[A2]

12.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

*12.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

*12.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

*12.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

*12.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

*12.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 20% (**vinte por cento**) do valor da contratação, [ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea]:*

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A1]

OU

~~13.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A2].~~

~~13.3.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

~~13.3.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.~~

~~13.3.3. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A3]~~

OU

~~13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A4] contraentes.~~

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. .O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 00001/257026;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 234651;

IV) Elemento de despesa: 339030, 449052; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante a

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Tabatinga - AM.*, Seção Judiciária de *XXXXXX* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2- [A1]

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADELSON DA SILVA SALDANHA

Coordenador Distrital de Saúde Indígena



Assinou eletronicamente em 19/03/2026 às 18:33:05.

DIST. SANIT. ESP. INDIGENA JAVARI

Ata de Registro de Preços 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	257026-DIST. SANIT. ESP. INDIGENA JAVARI	ADELSON DA SILVA SALDANHA	19/03/2026 18:38 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25041.000227/2025-66

1. DO OBJETO

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O(A) *Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari - DSEI/VAJ*, com sede no(a) *Rua Raimundo Gimaque do Nascimento, 770, na cidade de Atalaia do Norte/AM*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *00394544/0066-20*, neste ato representado(a) pelo(a) *Coordenador Distrital de Saúde Indígena Adelson da Silva Saldanha*, nomeado(a) pela Portaria nº *480*, de *12* de *abril* de *2023*, publicada no DOU de *14* de *abril* de *2023*, portador da Matrícula Funcional nº *1953092*, considerando o julgamento da *[licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica] OU [procedimento de contratação direta]*, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º *25041.000601/2025-23*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *[Edital de licitação] OU [Aviso da Contratação Direta]*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *Aquisição de Embarcação Completa (tipo lancha), Botes e Motores de Popa 13 e 15HP*, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo *I* do *[edital de licitação] OU [aviso da contratação direta]* n.º *xxxx/xxxx*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[A1] , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2] , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>
do	
TR	

X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.[A3]

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari - DSEI/VAJ*.

3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

ou

3.3. *Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

~~4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços [A1] decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

ou

4.2. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, [poderá] ~~ou não poderá~~ ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no [edital] ~~ou~~ ~~aviso de contratação direta~~ e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no [edital] ~~ou~~ ~~aviso de contratação direta~~; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do ~~[edital]~~ ~~ou [aviso de contratação direta]~~, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[A1] ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Modelo Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no [edital] ~~OU [aviso de contratação direta]~~.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao [edital] ~~OU [aviso de contratação direta]~~.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade				

X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADELSON DA SILVA SALDANHA

Coordenador Distrital de Saúde Indígena



Assinou eletronicamente em 19/03/2026 às 18:38:14.

DIST. SANIT. ESP. INDIGENA JAVARI

Edital 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	257026-DIST. SANIT. ESP. INDIGENA JAVARI	ELIAS FERREIRA DO CARMO	18/05/2026 11:56 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25041.000227/2025-66

1. DO OBJETO

[PREGÃO ELETRÔNICO]

90.001/2026 / Sistema de Registro de Preços - SRP

CONTRATANTE (UASG)

(Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari - 257026)

OBJETO

Aquisição de Embarcação Completa (tipo lancha), Botes e Motores de Popa 13 e 15HPs.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.569.314,00 (um milhão quinhentos e sessenta e nove mil trezentos e quatorze reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/06/2026 às 09:00horas (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço

Modo de disputa:

[aberto e fechado]

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.001/2026

(Processo Administrativo nº 25041.000227/2025-66)

Torna-se público que o(a) Secretaria de Saúde Indígena Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari - DSEI /VAJ, por meio do(a) Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/VAJ, sediado(a) (Rua Raimundo Gimaque do Nascimento, Nº 770 Bairro: Santa Luzia, Centro Atalaia do Norte - Am), realizará licitação, para registro de preços, na modalidade-[PREGÃO ELETRÔNICO], na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de Embarcação Completa (tipo lancha), Botes e Motores de Popa 13 e 15HPs, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 02, 04, 06, 08, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9 Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. sociedades cooperativas;

3.9.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.13. pessoas físicas.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.5 e 3.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.8.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

8.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a executabilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de executabilidade;

8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a executabilidade da proposta.

8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A3] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.21. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.21.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.21.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.21.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.21.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.22. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor

juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail: dseijav.sesai@saude.gov.br

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **[poderá]** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.7.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 14.2.1 advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: *dseijav.sesai@saude.gov.br*.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico dseijav.sesai@saude.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2 Apêndice II - Modelo de Proposta

16.11.1.3 Apêndice III - Modelo de Planilha de custos

16.11.1.4 Apêndice IV - Modelo de IMR - aquisições

16.11.1.5 Apêndice V - Declaração de Conhecimento das Condições de Licitação e Contratação

16.11.2. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3 Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADELSON DA SILVA SALDANHA

Coordenador Distrital de Saúde Indígena



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 11:56:30.

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026-000 SRP

1 - Itens da Licitação

1 - Lancha

Descrição Detalhada: Lancha Material Casco: Alumínio Liga Naval, Comprimento: 8M, Boca: 1,90M, Pontal: 0,75M, Potência Máxima Motor: 160HP, Quantidade Passageiro: 6UN, Acessórios: Estrado Antiderrapante, Espelho De Popa, Flaps E P, Características Adicionais: 01 Banco Piloto Com Encosto; 02 Bancos Para Passag, Tipo Motor: Motor De Popa, Combustível: Gasolina/Diesel, Capacidade Tanque Combustível: 200L, Tipo Capota: Capota Removível, Material Capota: Alumínio Naval 2mm

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010:	Não	Quantidade Mínima Cotada:	1
Quantidade Total:	3	Critério de Valor:	Valor Estimado
Critério de Julgamento:	Menor Preço		
Valor Unitário (R\$):	267.500,00		
Unidade de Fornecimento:	Unidade	Quantidade Máxima para Adesões:	1
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):	150,00		

Local de Entrega (Quantidade): Atalaia do Norte/AM (3)

2 - Lancha

Descrição Detalhada: Lancha Material Casco: Alumínio Liga Naval, Comprimento: 8M, Boca: 1,90M, Pontal: 0,75M, Potência Máxima Motor: 160HP, Quantidade Passageiro: 6UN, Acessórios: Estrado Antiderrapante, Espelho De Popa, Flaps E P, Características Adicionais: 01 Banco Piloto Com Encosto; 02 Bancos Para Passag, Tipo Motor: Motor De Popa, Combustível: Gasolina/Diesel, Capacidade Tanque Combustível: 200L, Tipo Capota: Capota Removível, Material Capota: Alumínio Naval 2mm

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010:	Não	Quantidade Mínima Cotada:	1
Quantidade Total:	1	Critério de Valor:	Valor Estimado
Critério de Julgamento:	Menor Preço		
Valor Unitário (R\$):	267.500,00		
Unidade de Fornecimento:	Unidade	Quantidade Máxima para Adesões:	1
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):	150,00		

Local de Entrega (Quantidade): Atalaia do Norte/AM (1)

3 - Barco alumínio

Descrição Detalhada: Barco Alumínio Material Casco: Alumínio, Comprimento: 8M, Boca: 1,70M, Pontal: 0,68M, Potência Instalada: 60 Hp, Material Tanque: Alumínio, Capacidade Tanque: 60L

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010:	Não	Quantidade Mínima Cotada:	7
Quantidade Total:	15	Critério de Valor:	Valor Estimado
Critério de Julgamento:	Menor Preço		
Valor Unitário (R\$):	10.870,20		
Unidade de Fornecimento:	Unidade	Quantidade Máxima para Adesões:	7
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):	150,00		

Local de Entrega (Quantidade): Atalaia do Norte/AM (15)

4 - Barco alumínio

Descrição Detalhada: Barco Alumínio Material Casco: Alumínio, Comprimento: 8M, Boca: 1,70M, Pontal: 0,68M, Potência Instalada: 60 Hp, Material Tanque: Alumínio, Capacidade Tanque: 60L

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 5

Quantidade Mínima Cotada: 1

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Unitário (R\$): 10.870,20

Unidade de Fornecimento: Unidade

Quantidade Máxima para Adesões: 1

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 150,00

Local de Entrega (Quantidade): Atalaia do Norte/AM (5)

5 - Motor popa

Descrição Detalhada: Motor Popa Tipo: Partida Manual, Potência: 15HP, Aplicação: Barco Alumínio, Características Adicionais: Válvulas Automáticas Descompressão, Refrigerado A, Quantidade Marchas: 2UN, Quantidade Cilindro: 2UN, Capacidade Tanque: 23L, Tipo Motor: 2 Tempos, Velocidade: 4.500 A 5.800RPM

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 15

Quantidade Mínima Cotada: 7

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Unitário (R\$): 9.875,50

Unidade de Fornecimento: Unidade

Quantidade Máxima para Adesões: 7

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 150,00

Local de Entrega (Quantidade): Atalaia do Norte/AM (15)

6 - Motor popa

Descrição Detalhada: Motor Popa Tipo: Partida Manual, Potência: 15HP, Aplicação: Barco Alumínio, Características Adicionais: Válvulas Automáticas Descompressão, Refrigerado A, Quantidade Marchas: 2UN, Quantidade Cilindro: 2UN, Capacidade Tanque: 23L, Tipo Motor: 2 Tempos, Velocidade: 4.500 A 5.800RPM

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 5

Quantidade Mínima Cotada: 1

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Unitário (R\$): 9.875,50

Unidade de Fornecimento: Unidade

Quantidade Máxima para Adesões: 1

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 150,00

Local de Entrega (Quantidade): Atalaia do Norte/AM (5)

7 - Motor Popa

Descrição Detalhada: Motor Popa Tipo: Rabeta Longa, Potência: 13HP, Aplicação: Embarcação, Características Adicionais: Sistema De Partida Manual, Combustível: Gasolina, Capacidade Tanque: 6,50L, Tipo Motor: 4 Tempos, Sistema Direção: Manete

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 15

Quantidade Mínima Cotada: 7

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Unitário (R\$): 4.220,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Quantidade Máxima para Adesões: 7

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 150,00

Local de Entrega (Quantidade): Atalaia do Norte/AM (15)

8 - Motor Popa

Descrição Detalhada: Motor Popa Tipo: Rabeta Longa, Potência: 13HP, Aplicação: Embarcação, Características Adicionais: Sistema De Partida Manual, Combustível: Gasolina, Capacidade Tanque: 6,50L, Tipo Motor: 4 Tempos, Sistema Direção: Manete

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 5 **Quantidade Mínima Cotada:** 1

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R\$): 4.220,00

Unidade de Fornecimento: Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 1

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 150,00

Local de Entrega (Quantidade): Atalaia do Norte/AM (5)